



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

PEDRO IGOR MENDES DO NASCIMENTO ALVES

**CARTOGRAFIA SOCIAL *QUEER*: ESPACIALIZAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA
LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ,
FORTALEZA-CEARÁ**

FORTALEZA

2025

PEDRO IGOR MENDES DO NASCIMENTO ALVES

**CARTOGRAFIA SOCIAL *QUEER*: ESPACIALIZAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA
LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ,
FORTALEZA-CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adryane Gorayeb.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A481c Alves, Pedro Igor Mendes do Nascimento.

Cartografia social queer : espacialização da (in)segurança LGBTQIAPN+ no Campus do Pici -
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-Ceará / Pedro Igor Mendes do Nascimento Alves. – 2025.
72 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências,
Curso de Geografia, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Adryane Gorayeb Nogueira.

1. Cartografia social. 2. Geografia queer. 3. Insegurança LGBTQIAPN+. I. Título.

CDD 910

PEDRO IGOR MENDES DO NASCIMENTO ALVES

**CARTOGRAFIA SOCIAL *QUEER*: ESPACIALIZAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA
LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ,
FORTALEZA-CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^a. Adryane Gorayeb (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Francisca Dandara da Silva Albuquerque
Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Franco José Salvadores
Instituto de Investigaciones Geográficas de la Patagonia
Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco (IGEOPAT-UNPSJB)

Ms. Sâmila Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Às mulheres da minha vida, mãe Márcia, avó Maria, e tias Michele e Mykeane. De vocês tirei toda vontade de continuar.

AGRADECIMENTOS

À minha família, alicerce de toda a minha existência. À minha mãe, Márcia Mendes do Nascimento, pelo amor incondicional e inexplicável, pelo carinho e apoio, pelas noites mal dormidas, pelas orações, pelos choros, mas também pelos sorrisos e abraços. Ao meu pai, Antônio Adalberto de Oliveira Alves, pela educação e pelos valores compartilhados, pelo bom humor que sempre encheu meus dias de felicidade. Amo muito vocês.

Aos meus amigos, companheiros da minha jornada acadêmica e pessoal, Os Treze. Obrigado pelas conversas, fofocas, conselhos, trabalhos em equipe, almoços no RU, tudo foi fundamental para minha sobrevivência durante a graduação. Em especial, agradeço às minhas amigas e cuidadoras Antônia Beatriz e Yandra Souza, vocês fizeram a diferença na minha vida. E ao meu amigo Welton Ramos pelas conversas, conselhos, ajudas e novos caminhos compartilhados.

Ao meu namorado Raimundo Victor, pelo amor e pela paciência, pelos sonhos compartilhados e pela felicidade genuína que sinto desde que as luzes dos nossos olhos se encontraram. Obrigado pela ajuda que sempre me proporcionou com alegria. Amo você.

À minha professora, Adryane Gorayeb, pela orientação neste trabalho, por confiar na minha proposta desde o primeiro momento. Cada elogio e conselho aliviaram meu coração e me fizeram acreditar em mim e na minha pesquisa. Obrigado pela atenção, carinho e todo conhecimento que pude obter dentro e fora da sala de aula.

Aos professores Alexandre Pereira e Eustógio Dantas, pelo privilégio da coorientação ao longo desta pesquisa, construída durante as disciplinas da graduação, nas quais ampliaram meus horizontes e contribuíram de forma essencial para sua conclusão.

À Empresa Júnior da Geografia e ao LABOCART, pela acolhida durante minha trajetória acadêmica e pela contribuição fundamental na minha formação técnica, acadêmica e profissional. Sou profundamente grato pelas reuniões, eventos e formações dos quais pude participar ou contribuir, e, sobretudo, pelas amizades que construí ao longo desse percurso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de Iniciação Científica, que foi fundamental para minha permanência na graduação.

Aos participantes da pesquisa, que contribuíram por meio dos formulários e oficinas e fizeram meu trabalho ser possível. À banca examinadora, pelo tempo dedicado, pelas valiosas colaborações e sugestões oferecidas.

A desobediência, é aos olhos de qualquer estudioso da História, a virtude original do homem.

É através da desobediência que se faz o progresso, através da desobediência e da rebelião.

Oscar Wilde

RESUMO

Este trabalho investiga a espacialização da (in)segurança vivida pela comunidade LGBTQIAPN+ no Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza-CE. Partindo dos referenciais da Geografia Queer e da Cartografia Social, o objetivo central é analisar, de forma participativa, as percepções de conforto, acolhimento e vulnerabilidade, identificando como o espaço universitário é produzido, percebido e contestado por corpos e identidades dissidentes. A metodologia qualitativa se estruturou em duas etapas principais, desenvolvidas em junho de 2025: a aplicação de um questionário online, que obteve 161 respostas, para a coleta de dados individuais e percepções gerais; e a realização de uma oficina de cartografia social com 25 participantes, que permitiu o mapeamento coletivo das experiências. Os resultados apontam que o campus é um território heterogêneo e fragmentado, com uma nítida clivagem entre os centros acadêmicos percebidos como mais acolhedores, como o Centro de Ciências (CC) e o Instituto de Cultura e Arte (ICA), e aqueles considerados mais hostis, como o Centro de Tecnologia (CT). A violência se manifesta predominantemente de forma simbólica e psicológica, através de microagressões, intimidações e desrespeito ao nome social, sendo mais frequentemente testemunhada do que sofrida diretamente, o que contribui para um clima de insegurança coletiva. Constatou-se, ainda, uma profunda lacuna institucional, evidenciada pelo desconhecimento quase unânime (96,9%) sobre redes de apoio formais. Conclui-se que a universidade reproduz dinâmicas espaciais cis-heteronormativas e que a cartografia participativa se consolida como ferramenta política de validação das experiências subjetivas. A pesquisa oferece subsídios para a formulação de políticas institucionais eficazes, sugerindo, entre outras ações, a descentralização de eventos afirmativos para os espaços mapeados como inseguros, a fim de construir um ambiente acadêmico mais seguro e verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: cartografia social; geografia queer; Insegurança LGBTQIAPN+.

ABSTRACT

This study investigates the spatialization of (in)security experienced by the LGBTQIAPN+ community at the Campus do Pici of the Universidade Federal do Ceará (UFC), in Fortaleza-CE. Drawing on Queer Geography and Social Cartography frameworks, the primary goal is to analyze, through a participatory approach, perceptions of comfort, acceptance, and vulnerability, identifying how the university space is produced, perceived, and contested by dissident bodies and identities. The qualitative methodology involved two main stages: the application of an online questionnaire, which received 161 responses, to gather individual data and general perceptions; and a social cartography workshop with 25 participants, which allowed for the collective mapping of experiences. The results indicate that the campus is a heterogeneous and fragmented territory, with a clear cleavage between academic centers perceived as more welcoming, such as the Centro de Ciências (CC) and the Instituto de Cultura e Arte (ICA), and those considered more hostile, such as the Centro de Tecnologia (CT). Violence manifests itself predominantly in symbolic and psychological forms, through microaggressions, intimidation, and disrespect for chosen names. It is more frequently witnessed than directly experienced, which contributes to a climate of collective insecurity. Furthermore, a profound institutional gap was identified, evidenced by the almost unanimous lack of awareness (96.9%) of formal support networks. The study concludes that the university reproduces cis-heteronormative spatial dynamics and that participatory cartography is consolidated as a political tool for validating subjective experiences. The research provides a basis for formulating effective institutional policies, suggesting, among other actions, the decentralization of affirmative events to the spaces mapped as unsafe, in order to build a safer and truly inclusive academic environment.

Keywords: social cartography; Queer Geography; LGBTQIAPN+ insecurity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Quantitativo de mortes violentas de LGBTQIAPN+, Brasil, entre 1963-2023.	21
Figura 1 – Cartaz de divulgação afixado no Departamento de Geografia - UFC (Fortaleza).	27
Mapa 1 – Mapa do Campus do Pici – UFC (Fortaleza) com os locais onde foram afixados os cartazes de divulgação da pesquisa e do <i>QR Code</i> do <i>Google Forms</i> .	28
Figura 2 – Blocos temáticos do questionário on-line.	29
Gráfico 1 – Identidade de gênero dos participantes da Oficina de Cartografia Social.	31
Gráfico 2 – Orientação sexual dos participantes da Oficina de Cartografia Social.	31
Gráfico 3 – Vínculo com o Campus do Pici – UFC (Fortaleza) dos participantes da Oficina de Cartografia Social.	32
Mapa 2 – Mapa do Campus do Pici – UFC (Fortaleza) utilizado para a realização da Oficina de Cartografia Social.	33
Figura 3 – Material usado para aplicação da Oficina de Cartografia Social.	34
Figura 4 – Registro da aplicação da cartografia social.	35
Figura 5 – Registro completo da Cartografia Social produzida durante a oficina.	36
Figura 6 – Tipologia das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ para realização metodológica da pesquisa.	37
Gráfico 4 – Identidade de gênero dos participantes do questionário online.	38
Gráfico 5 – Orientação sexual dos participantes do questionário online.	39
Gráfico 6 – Vínculo com o Campus do Pici – UFC (Fortaleza) dos participantes do questionário online.	39
Gráfico 7 – “Você já sofreu algum tipo de discriminação ou violência no Campus do Pici – UFC (Fortaleza) devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual?”.	41
Gráfico 8 – “Você já testemunhou algum tipo de discriminação ou violência Campus do Pici – UFC (Fortaleza) devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual?”.	41

Gráfico 9 – Locais no Campus do Pici – UFC (Fortaleza) que evitei frequentar por medo de discriminação ou violência devido a minha identidade de gênero ou orientação sexual.	42
Figura 7 – Tipos de violência vivenciadas no Campus do Pici - UFC, Fortaleza.	43
Quadro 1 – Sínteses analíticas das respostas do bloco “Conclusões e opiniões” do questionário online. Fonte: Elaborado pelo autor (2025).	45
Mapa 3 – Onde resistem os corpos LGBTQIAPN+ no Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)	49
Mapa 4 – Espacialização das violências contra a comunidade LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)	50
Mapa 5 – Espaços de segurança LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)	51
Mapa 6 – Espaços de insegurança LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)	52
Mapa 7 – Sobreposição dos espaços de segurança e insegurança da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)	53
Mapa 8 – Espaços de apoio/acolhimento da comunidade LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CC	Centro de Ciências
CPV	Curso Pré-vestibular da UFC
GGB	Grupo Gay da Bahia
ICA	Instituto de Cultura e Arte
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, agênero ou aromânticos, Pansexuais e polisssexuais, Não-binários e “+” (representa outras identidades e orientações sexuais não mencionadas na sigla e gêneros fluidos, reconhecendo a vasta diversidade que existe.)
MI	Mandado de Injunção
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
RCLE	Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
SIG	Sistema de Informações Geográficas
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPESP	Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. ESPACIALIDADES QUEER.....	18
3. VIOLÊNCIAS LGBTQIAPN+FÓBICAS.....	21
3.1 Tipologias da violência.....	23
4. METODOLOGIA.....	27
4.1 Construção e Aplicação do Questionário Online.....	27
4.2 Oficina de Cartografia Social.....	31
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
5.1 Pertencimento, reconhecimento e liberdade LGBTQIAPN+ no Campus do Pici da UFC (Fortaleza).....	38
5.2. Cartografia social da (In)segurança LGBTQIAPN+ no Campus do Pici – UFC (Fortaleza).....	46
6. CONCLUSÕES.....	57
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO A – TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA.....	63
APÊNDICE A – PERCEPÇÃO DA INSEGURANÇA LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI EM FORTALEZA-CEARÁ.....	64
APÊNDICE B – INSCRIÇÃO: OFICINA DA ESPECIALIZAÇÃO DA INSEGURANÇA E SEGURANÇA LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI - UFC, FORTALEZA-CEARÁ.....	71
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	74

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar as dinâmicas de gênero e sexualidade, observa-se que o espaço ocidental moderno atua como produtor da cis-masculinidade¹ heterossexual, configurando espaços públicos marcados pela repressão do feminino, da homossexualidade e da transgeneridade², sob a regência do mecanismo (bio)político da heteronormatividade (Louro, 2009). Esses ambientes, historicamente higienizados, fomentam o surgimento de múltiplos “espaços desviantes”, constituídos por comunidades de sujeitos excluídos e marginalizados. Tais espaços não se constituem à parte dos ambientes normativos; ao contrário, estabelecem com eles relações contínuas de coexistência, apropriação e ressignificação, tanto “nos” quanto “dos” espaços hegemônicos.

Preciado, no artigo "Cartografias Queer: O Flâneur Perverso, a Lésbica Topofóbica e a Puta Multicartográfica, ou Como Fazer uma Cartografia 'Zorra' com Annie Sprinkle" (2017), define os "espaços desviantes" como locais que fogem das normas estabelecidas, sendo utilizados de maneira subversiva para a expressão de práticas sexuais e sociais que desafiam o padrão. Esses espaços, muitas vezes urbanos, funcionam como territórios de resistência, onde as subjetividades queer podem se afirmar fora dos moldes convencionais de privacidade ou visibilidade.

O termo *queer*, cuja origem estrangeira remete a insultos como “estranho” ou “anormal”, foi historicamente associado à esta marginalização de corpos e identidades contrários a heterossexualidade compulsória, termo cognominado por Warner (2000). No entanto, a partir das décadas de 1980 e 1990, em especial diante da crise provocada pela epidemia de HIV/AIDS e da resposta homofóbica institucional e social que ela gerou, *queer* foi ressignificado por ativistas e intelectuais como uma ferramenta crítica e política de contestação. Mais do que uma nova identidade, o termo passou a operar como uma recusa aos enquadramentos fixos da sexualidade, do gênero e da normalidade. Segundo Butler (1993), *queer* desafia as regras sociais sobre o que é considerado normal, compreensível ou aceitável,

¹ Cis-masculinidade refere-se à identidade de gênero masculina vivida por pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascimento (ou seja, uma pessoa que foi designada como homem ao nascer e se identifica como homem). Em muitos contextos, cis-masculinidade é associada às normas e expectativas sociais sobre como um homem deve se comportar, incluindo atributos como força, racionalidade e domínio, entre outros.

² Transgeneridade refere-se à condição ou identidade de pessoas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascimento. Ou seja, indivíduos transgêneros podem identificar-se como homens, mulheres, ou com outro gênero, independentemente do sexo que lhes foi designado ao nascer. A transgeneridade engloba uma diversidade de experiências, incluindo pessoas que fazem ou não a transição de gênero, seja por meio de hormônios, cirurgias ou outros meios.

abrindo espaço para existências que não se encaixam em categorias normativas como “homem”, “mulher”, “gay” ou “hétero”.

De acordo com Goellner (2003), tanto o corpo quanto o gênero são construções sociais, culturais e históricas, moldadas pelos discursos e representações atribuídos a eles e, dessa forma, precisam se alinhar aos padrões de normalidade e anormalidade estabelecidos por essas discursividades. Como historicamente são definidos com base no sexo biológico, especialmente nas características genitais masculinas e femininas, tornam-se representações diretas dos significados que lhes são atribuídos. As interações entre corpos e sexualidades, em conjunto com preconceitos sistêmicos e estruturais, geram experiências de discriminação, micro e macroagressões e outras formas de violência contra indivíduos excluídos, moldando a dinâmica de espaços seguros e inseguros para certas comunidades.

O contexto universitário, enquanto reflexo das dinâmicas sociais, também é atravessado pela cis-heteronormatividade. Esse espaço, sustentado por hierarquias de poder e pela invisibilização de questões de gênero e sexualidade, tendem a marginalizar identidades dissidentes, como as femininas e *queer*. Embora a universidade devesse ser um lugar de questionamento e superação dessas estruturas excludentes, frequentemente atua como reprodutora de normas sociais que excluem ou subjagam corpos e comportamentos que não se alinham ao padrão dominante.

Os espaços desviantes, criados a partir da exclusão, constituem formas de resistência onde comunidades marginalizadas se articulam para ressignificar o ambiente acadêmico, promovendo convivência e acolhimento. Esses espaços, porém, não são isolados nem completamente apartados dos ambientes normativos: eles coexistem e interagem com os espaços hegemônicos. Tais interações, muitas vezes marcadas por conflitos, também abrem brechas para transformações significativas na universidade. São nesses territórios de resistência que identidades dissidentes reconfiguram o que se entende por “normal” e desafiam as estruturas de poder que sustentam a opressão.

Partindo da distinção entre o “normal” e o “anormal”, Foucault destaca que:

O “anormal” será aquele sujeito que viola as leis sociais disciplinares, e as leis biopolíticas tidas como naturais, como por exemplo a ideia de que o corpo “masculino” deve ter como desejo, apenas o corpo “feminino”. Ao transgredir princípios legais, morais e naturais, colocando interesses pessoais acima dos coletivos, esse sujeito seria um “dano aos interesses da sociedade inteira”, tido como um “monstro moral” e/ou um déspota (Foucault, 2001, p.102).

Nesse cenário, compreender como as identidades LGBTQIAPN+ experienciam os espaços universitários tornam-se fundamental para revelar os mecanismos sutis (e explícitos) de exclusão, silenciamento e violências presentes no cotidiano acadêmico. A universidade, enquanto produtora e reprodutora de saberes, também estrutura relações espaciais que naturalizam a presença de alguns corpos enquanto tornam outros invisíveis ou indesejáveis. Assim, investigar a espacialização da (in)segurança vivida por pessoas LGBTQIAPN+ no campus universitário permite evidenciar como o espaço não é neutro, mas sim politicamente tensionado e afetivamente vivido.

O Campus do Pici, pertencente à Universidade Federal do Ceará (UFC), localizado dentro da cidade de Fortaleza, é compreendido como um *locus* de disseminação de saberes plurais, abrigando cursos nas áreas de artes, ciências e tecnologias, e se destacando pela diversidade de corpos, identidades e expressões comportamentais que o atravessam. No entanto, essa complexidade espacial e social não garante, por si só, a vivência plena da diversidade. Os diferentes blocos acadêmicos, corredores, áreas verdes, estacionamentos e trilhas de acesso se configuram como territórios desiguais, nos quais a experiência da presença LGBTQIAPN+ é constantemente atravessada por olhares e silenciamentos. Em muitos destes espaços, a insegurança não é apenas uma sensação, mas uma resposta concreta a práticas excludentes e formas de violência simbólica e institucional.

A escolha do campus do Pici como recorte da pesquisa é respaldada por suas características singulares, que lhe conferem o status de uma “ilha isolada”, apesar de estar situado dentro da cidade de Fortaleza. Esse campus se distancia das dinâmicas típicas de uma grande metrópole, proporcionando um ambiente distinto e isolado. Ademais, o Pici se diferencia de outros campi da Universidade Federal do Ceará (UFC), destacando-se por sua estrutura única e contexto peculiar.

É nesse cenário complexo de diversidade e, paradoxalmente, de insegurança que a Cartografia Social emerge como uma ferramenta teórico-metodológica de extrema relevância para a análise das percepções de conforto e desconforto relativas ao espaço vivido pela população LGBTQIAPN+. Ao contrário dos mapeamentos tradicionais, frequentemente limitados a grupos elitizados e a interesses hegemônicos, a Cartografia Social propõe a democratização da produção e leitura de mapas, transformando-os em instrumentos de resistência e empoderamento para comunidades e grupos sociais historicamente marginalizados.

Acselrad (2013) aponta que, apesar das diferenças conceituais e metodológicas, a cartografia social pode ser vista como a apropriação, por grupos excluídos, de técnicas

cartográficas modernas. Esse processo paradoxal ocorre quando o avanço do capitalismo, ao gerar novas tecnologias, facilita o acesso a essas técnicas, permitindo sua utilização em projetos políticos que contestam o privatismo do sistema. Assim, o impacto da cartografia social depende do contexto e dos objetivos dos grupos, podendo desestabilizar as relações de poder e questionar as dinâmicas de dominação presentes em cada situação.

Sob estas perspectivas, o trabalho propõe mapear e analisar de forma participativa e qualitativa as experiências e percepções de segurança e insegurança vividas pela comunidade LGBTQIAPN+ no campus universitário do Pici, da UFC, em Fortaleza, Ceará. A partir da escuta ativa e da construção coletiva de narrativas espaciais, buscou-se identificar os locais onde esses sujeitos se sentem confortáveis ou vulneráveis, utilizando como ferramentas metodológicas questionário e oficina de cartografia social.

Além disso, pretende-se examinar a presença e o papel das redes de apoio, formais e informais, na mitigação dos sentimentos de insegurança, bem como fornecer subsídios para a formulação de estratégias institucionais que promovam ambientes mais acolhedores e equitativos. Ao adotar essa abordagem, a pesquisa busca não apenas ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados por identidades dissidentes no contexto acadêmico, mas também contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, com ênfase nos ODS 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Dessa forma, reforça-se o compromisso com a construção de uma universidade mais inclusiva, segura e justa para todos.

2. ESPACIALIDADES *QUEER*

A Geografia contemporânea, especialmente em seus desdobramentos críticos, tem ampliado suas fronteiras epistemológicas ao incorporar debates que atravessam os corpos, as identidades e os afetos. Nesse contexto, a Teoria *Queer*, estudada em obras de pensadores como Michel Foucault, Judith Butler, e Paul B. Preciado, surge como uma visão analítica importante para repensar o espaço a partir da desconstrução de normatividades sexuais e de gênero. Ao considerar que o espaço é atravessado por relações de poder e performance, a aproximação com a teoria *queer* permite à Geografia problematizar a produção de espacialidades heteronormativas, revelando, assim, os mecanismos que invisibilizam os corpos desviantes.

O conceito de heterotopia, desenvolvido por Foucault em “*De Outros Espaços*” (1967), refere-se a espaços reais que operam como desvios ou contrapartes à organização dominante da sociedade. Diferentemente das utopias, que são idealizações inexistentes no plano concreto, as heterotopias existem materialmente e expressam uma lógica de exceção, segregação ou controle. Foucault define:

Há também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais – espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade - que são algo como contra-sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares estão fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles reflectem e discutem, chamá-los-ei, por contraste às utopias, heterotopias [sic]. (Foucault, 1967, p.3)

Entre os exemplos citados por Foucault estão instituições como os manicômios, as prisões, os bordéis e os cemitérios, todos marcados por uma função social de deslocamento ou isolamento de sujeitos considerados desviantes ou indesejáveis. Estes espaços, ao mesmo tempo em que existem dentro da estrutura social, funcionam como dispositivos de ordenamento, nos quais a norma se preserva justamente pela separação do que é visto como anormal.

Ao relacionar esse conceito ao cotidiano dos espaços universitários, é possível identificar como certos locais de um campus passam a operar como formas contemporâneas

de heterotopia, especialmente quando observamos os modos como expressões dissidentes de gênero e sexualidade são marginalizadas. Corredores menos movimentados, banheiros, áreas periféricas ou de permanência informal, como escadarias ou espaços de convivência sem controle institucional, tornam-se os únicos lugares nos quais estudantes LGBTQIAPN+ conseguem manifestar sua identidade com relativa liberdade. No entanto, esses territórios que aparentam acolhimento revelam, na verdade, uma estrutura de exclusão silenciosa, e eles existem porque os espaços mais centrais, como salas de aula, prédios administrativos, reitoria, auditórios e departamentos permanecem dominados por normas bio-políticas³ que moldam o que pode ou não aparecer publicamente.

A espacialização do gênero e da sexualidade evidencia que determinados corpos são socialmente reconhecidos como legítimos ocupantes de certos lugares, enquanto outros são relegados à invisibilidade ou ao confinamento em zonas limitadas. Como apontado por Almeida (2020), o espaço público é, muitas vezes, o lugar onde a presença dos indivíduos é questionada, disciplinada ou até mesmo eliminada quando se mostra afrontosa perante as noções de cis-heteronormatividade. O autor também realiza um levantamento minucioso de comportamentos e relações espaciais vivenciados por pessoas LGBTQIAPN+, comumente observados no que denomina meio técnico-político-sexual⁴, como: a contenção de demonstrações de afeto entre casais homoafetivos, a repressão de traços considerados femininos em homens ou masculinos em mulheres, a negação do acesso de pessoas trans aos banheiros condizentes com sua identidade de gênero, a imposição do uso do nome civil em registros institucionais e a ocorrência de violências, tanto simbólicas quanto físicas, contra corpos dissidentes.

A distinção entre espaços de segurança e de insegurança constitui um elemento central na compreensão das dinâmicas de acolhimento e exclusão que permeiam suas vivências, sobretudo em ambientes acadêmicos. No contexto específico de um campus universitário, essa diferenciação adquire especial relevância, dado que tais instituições deveriam se configurar como espaços formativos e de convivência plural, nos quais todos os sujeitos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, tenham asseguradas condições plenas para seu desenvolvimento pessoal, intelectual e social. A noção de segurança, nesse sentido, transcende a mera ausência de violência física, abarcando também a

³ O termo "bio-políticas" une "bio" (vida) e "política" para descrever o controle sobre os corpos e identidades das pessoas, especialmente em relação à saúde, sexualidade e gênero. Esse controle é "bio" porque regula aspectos da vida humana, e "político" porque envolve o poder das instituições, como universidades, para definir o que é aceitável ou visível na sociedade, marginalizando expressões e comportamentos.

⁴ Expressão utilizada por Almeida (2020) ao articular os conceitos de Milton Santos com as dinâmicas sociais relacionadas à sexualidade e ao gênero.

existência de um ambiente no qual seja possível expressar identidades de forma autêntica, sem receios de repressão, julgamento ou marginalização.

Para indivíduos LGBTQIAPN+, um espaço seguro é, portanto, aquele que não apenas garante integridade física e simbólica, mas que também promove visibilidade, respeito e reconhecimento, por meio de políticas institucionais e práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a equidade e o acolhimento das múltiplas formas de existência. Para Collins (2019), que aborda os espaços seguros sob a perspectiva das mulheres negras, ela os define como ambientes essenciais diante da inevitabilidade da dominação enquanto fato social. Esses espaços, portanto, oferecem as condições necessárias para as resistências de pessoas que enfrentam diferentes formas de dominação, como xingamentos, injúrias, agressões e menosprezo. Esse conceito se aplica diretamente à temática LGBTQIAPN+, uma vez que indivíduos dessa comunidade frequentemente experienciam formas de opressão e marginalização semelhantes, exigindo, assim, a criação de espaços seguros para suas resistências e afirmações de identidade.

Já a identificação de espaços marcados pela insegurança evidencia a persistência de ambientes em que a lógica cis-heteronormativa se estabelece como normativa e dominante, produzindo contextos de exclusão e hostilidade. Vasconcelos (2002) complementa essa análise ao destacar como a violência simbólica se relaciona com a adesão dos dominados, ou seja, as pessoas que estão em posições sociais subalternas acabam por internalizar as normas impostas pelos grupos dominantes, muitas vezes sem perceber. Esse fenômeno reforça as condições de insegurança para grupos marginalizados, pois eles são constantemente lembrados de sua posição periférica, seja por meio de estigmas sociais, repressões ou exclusões sistemáticas. A resistência a esse processo e a luta pela criação de espaços seguros estão diretamente conectadas à desconstrução das normas que perpetuam essas desigualdades.

O conceito de espaços *gay friendly*, ou *LGBTQIAPN+ friendly*, também têm ganhado relevância nas últimas décadas, especialmente em contextos urbanos e turísticos, onde a criação de ambientes seguros e acolhedores para a comunidade LGBTQIAPN+ se torna cada vez mais necessária. De acordo com Silva (2021), tais espaços são definidos como locais que se estruturam para receber e acolher com respeito e tolerância indivíduos pertencentes à comunidade *queer*, promovendo um ambiente de hospitalidade e aceitação. No entanto, a análise de espaços *gay friendly* vai além da simples oferta de serviços; ela envolve um processo de construção simbólica e prática, em que esses espaços são, ao mesmo tempo, um reflexo das conquistas do movimento LGBTQIAPN+ e uma ferramenta para a afirmação da diversidade sexual dentro do espaço urbano.

A cartografia social emerge como uma abordagem metodológica inovadora na ciência geográfica, caracterizando-se por seu enfoque crítico e participativo, com ênfase no conhecimento popular, simbólico e cultural, propondo uma nova forma de mapear o território, valorizando as experiências e percepções dos grupos sociais (Souto, 2021). Ela se dedica à demarcação e caracterização espacial de territórios, especialmente aqueles que são alvo de disputas ou que possuem vínculos ancestrais e simbólicos significativos.

Ao contrário das perspectivas cartográficas tradicionais que frequentemente se limitam à mera descrição ou ilustração, a cartografia social atua como uma vertente intrinsecamente ligada às demandas sociais, exigindo uma participação ativa e contínua das comunidades envolvidas. Herrera (2009) reforça que essa metodologia assume que o mapa não é uma representação neutra, mas um produto social e cultural que deve refletir a visão de seus produtores, valorizando as percepções e os significados atribuídos ao espaço pelos próprios moradores.

3. VIOLÊNCIAS LGBTQIAPN+FÓBICAS

A violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil constitui um problema social persistente, alicerçado em estruturas históricas de desigualdade, estigmatização e negligência por parte do Estado. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2023 foram registradas 257 mortes violentas motivadas por LGBTQIAPN+fobia em todo território nacional, sendo 127 travestis e pessoas transgênero, 118 homens gays, 9 mulheres lésbicas e 3 pessoas bissexuais. Apesar da evidente subnotificação, esses números revelam um cenário alarmante que demanda ações urgentes e eficazes de enfrentamento à violência sistemática direcionada a essa população. O GGB, ao longo de 44 anos de monitoramento, produziu uma análise abrangente sobre as mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, registrando um total de 7.233 mortes entre 1963 e 2023 (Tabela 1).

Tabela 1 – Quantitativo de mortes violentas de LGBTQIAPN+, Brasil, entre 1963-2023.

Período	Quant.	%
1963-1969	30	0,41
1970-1979	41	0,56
1980-1989	369	5,12
1990-1999	1256	17,43
2000-2009	1429	19,83
2010-2019 (Criminalização da homofobia e transfobia em 2019)	3029	42,05
2020-2023 (Pós criminalização da homofobia e transfobia)	1079	14,57
Total	7233	99,97

Fonte: Grupo Gay da Bahia. Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil (2023). Adaptado pelo Autor (2025).

Do ponto de vista jurídico, diante das situações de violação de direitos, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a LGBTQIAPN+fobia ao racismo, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4733, criminalizando a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. No mesmo julgamento, foi decidido que crimes motivados por homofobia ou transfobia seriam considerados hediondos. Já em casos de homicídio doloso, quando é comprovado que o agressor teve a intenção de matar, o crime passa a ser qualificado por configurar motivo torpe.

Em 2023, com a ampliação do entendimento jurídico sobre essas práticas discriminatórias, o STF consolidou, no julgamento do ARE 954.408 com repercussão geral, a interpretação de que ofensas direcionadas à população LGBTQIAPN+ passaram a ser enquadradas como injúria racial. Essa tipificação tornou o crime imprescritível, vedando a concessão de fiança e estabelecendo que o agressor poderá responder judicialmente a qualquer tempo, inclusive com possibilidade de prisão.

No entanto, a aplicação prática dessa legislação ainda encontra sérios obstáculos, entre eles a resistência cultural enraizada, a ausência de políticas públicas estruturadas e a carência de formação adequada entre agentes do sistema de justiça e segurança pública. A criminalização da homofobia e da transfobia, embora formalmente reconhecida, continua sendo fragilizada por práticas institucionais que minimizam ou negligenciam os casos, reforçando a impunidade e a banalização da violência.

No contexto do Estado do Ceará, essa realidade se reflete com particular gravidade, dado que a unidade da federação possui o maior índice de assassinatos de pessoas

LGBTQIAPN+ no Brasil (Anuário de Segurança Pública, 2024). O relatório revela que, no ano de 2024, o Ceará teve um aumento significativo de mortes, superando outros estados em número absoluto de crimes violentos motivados por discriminação sexual e de gênero. O estado também obteve um aumento nas notificações de lesões dolosas e estupros com vítimas LGBTQIAPN+. Conforme apontado pelo órgão, foram 498 registros de agressões físicas em 2023, representando um crescimento de 14,5% em relação a 2022.

Na UFC, assim como em muitas outras instituições de ensino superior, a falta de dados sobre incidentes de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ reflete a invisibilidade dessa população nos registros institucionais. A ausência de categorias específicas para a coleta de dados sobre essas agressões, bem como a falta de um sistema formalizado de denúncias, contribui para uma lacuna significativa no conhecimento sobre o tipo, a frequência e a intensidade da violência vivenciada por esses estudantes. Esse quadro pode ser agravado pela subnotificação de casos, o que resultaria em uma representação distorcida da realidade, dificultando a implementação de políticas públicas eficazes que possam oferecer proteção e suporte adequado a essa comunidade.

Além disso, a baixa formalização de denúncias e a escassez de Boletins de Ocorrência (BOs) registrados em casos de violência nos campi universitários são indicativos de uma cultura de silenciamento e medo, que impediria que muitas vítimas se sintam seguras o suficiente para reportar as agressões. O painel dinâmico de homofobia e transfobia do estado do Ceará, elaborado e disposto pela Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP), relata que dentre os 193 casos⁵ de discriminação ocorridos e denunciados formalmente em 2025 (Janeiro-Julho), apenas 3 ocorreram em universidades. Esse fenômeno pode estar relacionado a múltiplos fatores, entre os quais se destacam o possível receio de estigmatização, a desconfiança em relação às instituições responsáveis pelo acolhimento dessas denúncias e o medo de eventuais represálias ou da continuidade da violência em contextos que, idealmente, deveriam promover acolhimento e aprendizado. A ausência percebida de um ambiente verdadeiramente seguro e receptivo pode contribuir para que estudantes LGBTQIAPN+ se sintam inseguros ao relatar episódios de violência, o que, por sua vez, pode favorecer a manutenção de dinâmicas de invisibilização e marginalização dessa população nos espaços acadêmicos.

Para além das interações interpessoais, a própria estrutura acadêmica pode se tornar um vetor de violência. Moretti-Pires, Vieira e Finkler (2022) destacam que os currículos de graduação impõem enquadramentos que reforçam a violência simbólica ao partirem de uma

⁵ Dados são extraídos do Sistema de Informações Policiais (SIP) da Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE).

pressuposta normalidade biológica heterossexual e masculinista. Isso ocorre tanto no currículo formal, através do silêncio sobre a diversidade sexual, quanto no “currículo oculto”, que abrange as influências e valores implícitos nas relações sociais do processo de ensino-aprendizagem. O uso de terminologias patologizantes por docentes, como “homossexualismo”, ou a abordagem da diversidade como um desvio, são exemplos de como o poder de legitimação da universidade é utilizado para reafirmar a heteronormatividade e violentar simbolicamente seus estudantes.

3.1 Tipologias da violência

A LGBTQIAPN+fobia se manifesta através de ações (agressão física, verbal, omissão e negligência), sentimentos (aversão, desprezo, medo e ódio) ou ideias (estigma, preconceito e patologização) que inferiorizam, culpabilizam, desumanizam e podem levar à morte dos corpos *queer*. Para a análise da espacialização da (in)segurança, é fundamental delinear as múltiplas facetas da violência que atingem a comunidade LGBTQIAPN+. A construção de uma tipologia clara, embasada em documentos oficiais, permite não apenas nomear as agressões, mas também compreender como elas se manifestam no território, seja de forma explícita ou velada. Para tanto, este estudo se apoia nas definições propostas em manuais e cartilhas de nível Federal e Estadual, e de instituições de referência na área da saúde, que em conjunto oferecem um panorama abrangente sobre o fenômeno.

Uma categorização primária, a *Cartilha de Enfrentamento à Violência do Governo Federal* (2023) e a *Cartilha de Enfrentamento à LGBTFOBIA do Governo do Ceará* (2025), detalham as formas de agressão interpessoal. Essas violências são classificadas em cinco tipos principais:

- **Violência Física:** Refere-se a qualquer conduta que afete a integridade ou a saúde corporal da vítima, como agressões, empurrões, chutes e ferimentos.
- **Violência Psicológica:** Engloba ações que resultam em dano emocional e na diminuição da autoestima, incluindo xingamentos, humilhações, ameaças, perseguições e chantagens.
- **Violência Sexual:** Define-se por qualquer ato que constranja a pessoa a presenciar, manter ou participar de uma relação sexual contra sua vontade. Inclui forçar práticas sexuais indesejadas ou impedir o uso de preservativos e outros métodos contraceptivos.

- **Violência Patrimonial:** Caracteriza-se por qualquer conduta que vise controlar, reter ou destruir bens, objetos e recursos financeiros da pessoa, ou ainda impedi-la de trabalhar.
- **Violência Moral:** Configura-se por meio de atos de calúnia, injúria ou difamação contra a vítima.

Expandindo essa análise, a literatura institucional propõe uma visão mais ampla que transcende a agressão direta entre indivíduos. O *Guia do Episódio de Cuidado: Violência Contra Pessoas LGBTQIA+* (2023), classifica a LGBTfobia em três eixos principais: interpessoal, institucional e autodirigida. Dentro dessa estrutura, destacam-se:

- **Violência Institucional:** Relaciona-se com as próprias instituições e estruturas sociais que, de forma ativa ou por negligência, limitam o acesso de pessoas LGBTQIAPN+ a recursos, direitos e poder de decisão. No ambiente universitário, isso pode se traduzir no desrespeito ao nome social, na ausência de banheiros inclusivos e no despreparo de profissionais para lidar com as especificidades dessa população. A *Cartilha de Enfrentamento à LGBTFOBIA do Ceará* (2025) reforça essa definição, apontando-a como abusos cometidos por instituições governamentais e de saúde.
- **Violência Estrutural:** Apresentada no documento cearense, é compreendida como o conjunto de desigualdades sociais e sistêmicas que historicamente vulnerabilizam determinados grupos. Essa forma de violência é a base para outras agressões e se manifesta, por exemplo, na exclusão social e na discriminação no mercado de trabalho, ambas consideradas expressões de LGBTQIAPN+fobia.
- **Violência Autodirigida ou LGBTQIAPN+fobia Internalizada:** Este aspecto da violência ocorre quando a pessoa LGBTQIAPN+, exposta a uma cultura de preconceito, internaliza sentimentos negativos sobre si mesma, como culpa, inferioridade, baixa autoestima e medo. Tal processo pode resultar em comportamentos de passividade, isolamento social, autolesão e até mesmo tentativas de suicídio.

É imperativo, por fim, definir o fenômeno que articula todas essas violências.

- **LGBTQIAPN+fobia:** É definida pela *Cartilha de Enfrentamento à LGBTFOBIA do Ceará* (2025) como o preconceito e a violência motivados pela identidade de gênero ou orientação sexual da vítima. O guia do Hospital Albert Einstein aprofunda essa definição, descrevendo-a como um conjunto de ações (agressão, negligência), sentimentos (aversão, ódio) e ideias (estigma, preconceito) que visam inferiorizar,

desumanizar e podem levar à morte de pessoas LGBTQIAPN+. Essa violência pode se manifestar de maneiras específicas, direcionadas a grupos particulares dentro da comunidade, como: lesbofobia, bifobia, transfobia etc.

4. METODOLOGIA

O percurso metodológico desta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, composta por três etapas: (i) consulta e revisão bibliográfica, com o propósito de construir o referencial teórico-conceitual que sustenta a análise crítica sobre gênero, sexualidade e produção do espaço; (ii) aplicação de um questionário online, direcionado à coleta de dados empíricos sobre as percepções de segurança e insegurança vividas por pessoas LGBTQIAPN+ no campus; e (iii) realização de uma oficina de cartografia social, visando à construção participativa de representações espaciais a partir das experiências e narrativas dos sujeitos envolvidos.

A construção do referencial teórico-conceitual (i) ocorreu a partir da revisão de obras que abordam os estudos de gênero, sexualidade e a teoria *queer*, com o objetivo de promover uma aproximação crítica entre esses campos e a Geografia, especialmente no que diz respeito aos conceitos de espaço e territorialidade. Buscou-se compreender, ainda, como as violências direcionadas à população LGBTQIAPN+ se manifestam no espaço geográfico, com ênfase nos contextos urbanos e institucionais. Essa fundamentação teórica foi essencial para sustentar as escolhas metodológicas adotadas nas etapas subsequentes da pesquisa, orientando a construção de uma abordagem coerente com o recorte analítico proposto.

4.1 Construção e Aplicação do Questionário Online

Para a coleta de dados primários e a obtenção das percepções individuais dos sujeitos participantes da pesquisa, optou-se pela utilização de um questionário online como instrumento metodológico. Tal escolha justifica-se por sua capacidade de ampliar o alcance geográfico, oferecer praticidade e conforto aos respondentes e possibilitar a automatização do processo de coleta e organização das informações, fatores especialmente relevantes ao se tratar de uma população ampla e, muitas vezes, de difícil acesso, como é o caso da comunidade LGBTQIAPN+. Segundo Chaer *et al.* (2012) e Mutepfa e Tapera (2019), o questionário oferece maior comodidade, pois pode ser respondido conforme a conveniência dos participantes, o que favorece a qualidade das respostas. Além disso, permite análises

estatísticas, como correlações entre variáveis e a quantificação de dados, conforme destacado por Batista et al. (2021). A plataforma *Google Forms* foi adotada como meio para a elaboração, aplicação e gerenciamento do questionário, assegurando acessibilidade, anonimato e sistematização eficiente dos dados obtidos.

O público-alvo da pesquisa compreende indivíduos que frequentam o Campus do Pici, independentemente do grau de vínculo institucional. Foram incluídos, portanto, visitantes, discentes de outros campi que tenham cursado ou vivenciado atividades no Pici, estudantes de graduação e pós-graduação, docentes, servidores técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados. A pesquisa teve como foco principal pessoas que se identificam como membros da comunidade LGBTQIAPN+, embora também tenha contemplado participantes que, mesmo não pertencendo diretamente a essa população, demonstrassem interesse pela temática e desejassem contribuir com suas percepções e experiências.

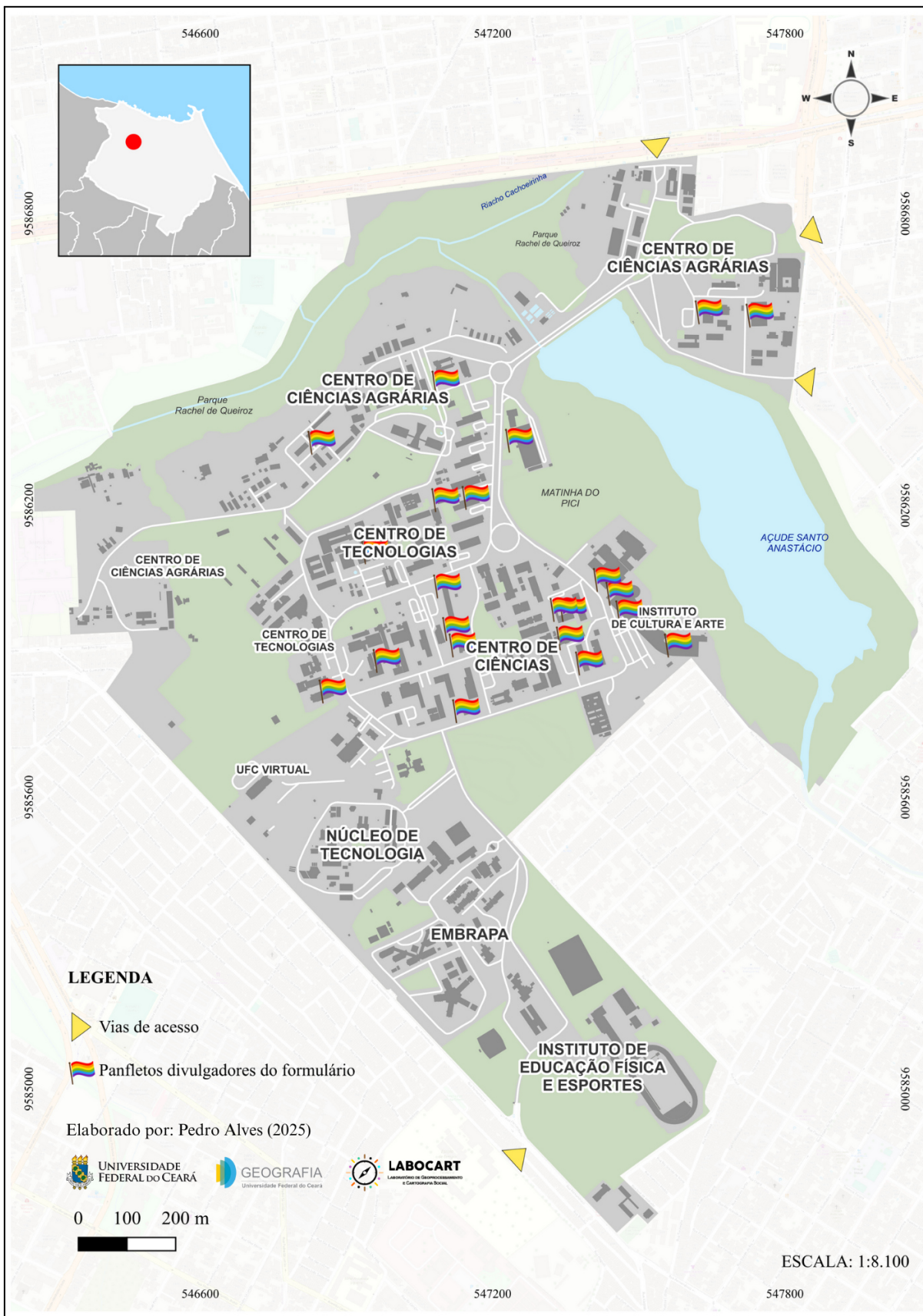
A divulgação do questionário se deu pela técnica bola de neve. Conforme descrito por Bernard (1995), essa estratégia consiste na indicação sucessiva de novos participantes a partir de contatos estabelecidos entre os próprios respondentes, permitindo o acesso a redes de socialização específicas principalmente em redes sociais. Adicionalmente, foram afixados cartazes informativos (Figura 1) em diferentes pontos do campus universitário (Mapa 1), com o objetivo de ampliar a divulgação da pesquisa e incentivar a participação voluntária. O questionário foi alimentado com respostas de 22 de novembro de 2024 a julho de 2025.

Figura 1 – Cartaz de divulgação afixado no Departamento de Geografia - UFC (Fortaleza).



Fotografia: Autor (2025).

Mapa 1 – Mapa do Campus do Pici – UFC (Fortaleza) com os locais onde foram afixados os cartazes de divulgação da pesquisa e do *QR Code* do *Google Forms*.



Elaborado pelo Autor (2025).

A aplicação do questionário online demandou uma cuidadosa atenção aos procedimentos metodológicos e éticos, dada a natureza do ambiente virtual e a sensibilidade do tema. Para a coleta de dados em ambientes virtuais, é imprescindível obter o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) dos participantes. O conteúdo do RCLE foi apresentado na primeira página do questionário, contendo informações essenciais como a identificação do pesquisador, o título e objetivo da pesquisa, os motivos do convite, os riscos e benefícios envolvidos, a garantia de sigilo e anonimato, a ferramenta utilizada e sua política de privacidade, e os contatos do pesquisador. O questionário (disposto na íntegra no Apêndice A) foi estruturado em cinco blocos temáticos de perguntas, apresentados na Figura 3.

Figura 2 – Blocos temáticos do questionário on-line.

- 1 Realizar a triagem dos respondentes, coletando informações sociodemográficas e institucionais, como faixa etária, identidade de gênero, orientação sexual e vínculo com o campus.
- 2 Questionar de formas objetivas e discursivas percepções de insegurança, experiências de discriminação e situações de desconforto no ambiente universitário. Discutir lugares que são evitados pela comunidade LGBTQIAPN+
- 3 Identificar tipos de violências vivenciadas ou testemunhadas no contexto universitário e as formas de enfrentamento adotadas pelos participantes diante dessas situações em suas trajetórias pessoais.
- 4 Identificar o conhecimento e a percepção dos respondentes sobre a existência de redes de apoio, formais ou informais, disponíveis no campus, e sua relevância no acolhimento LGBTQIAPN+.
- 5 Propor a reflexão crítica, abordando temas como a percepção do campus enquanto espaço *gay friendly* na cidade de Fortaleza, sugestões de medidas de intervenção e a importância da espacialização das experiências vividas.

Fonte: Autor (2025).

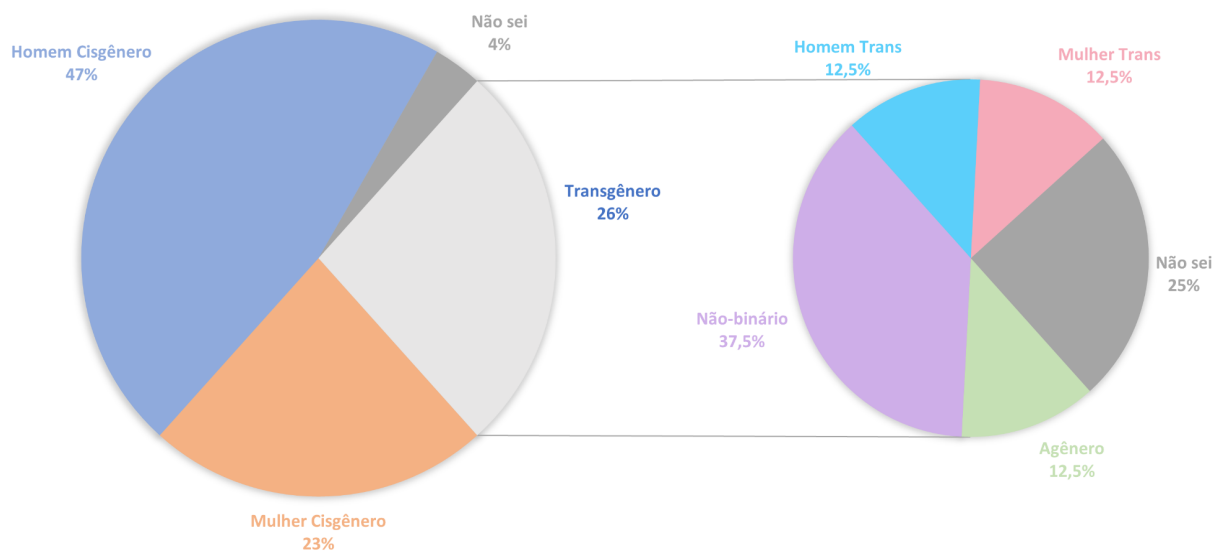
Ao término do questionário, foi incluído um convite à participação voluntária em uma segunda etapa da pesquisa, correspondente à realização da oficina de cartografia social. A adesão a essa etapa foi inteiramente opcional, sendo destinada àqueles que demonstrassem interesse em contribuir de forma mais aprofundada com a construção coletiva das espacializações discutidas.

4.2 Oficina de Cartografia Social

O público-alvo da oficina foi composto por frequentadores do Campus do Pici, conforme já delineado na fase anterior dos questionários, agora com ênfase em indivíduos que se identificam como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. A divulgação da atividade ocorreu por meio da técnica de amostragem em Bola de Neve, complementada por convites individuais direcionados a participantes que, no questionário online, manifestaram interesse em integrar as etapas subsequentes da pesquisa.

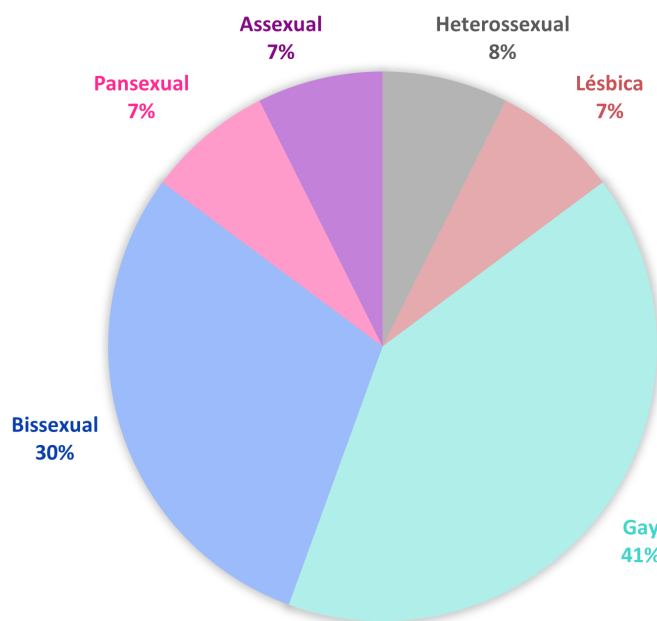
A inscrição para a participação na oficina de cartografia social foi realizada por meio de uma triagem que considerou aspectos de gênero, sexualidade e vínculo com o campus do Pici. O processo de inscrição foi efetuado utilizando o *Google Forms*, e a transcrição do questionário, que serviu para controlar a participação na oficina, está disponível no Apêndice B. Esse procedimento se revela essencial para compreender o perfil dos participantes, possibilitando a identificação do alcance e das características dos indivíduos que irão compartilhar suas experiências durante a atividade. O perfil dos participantes da oficina está representado nos gráficos a seguir (Gráficos 1, 2 e 3):

Gráfico 1 – Identidade de gênero dos participantes da Oficina de Cartografia Social.



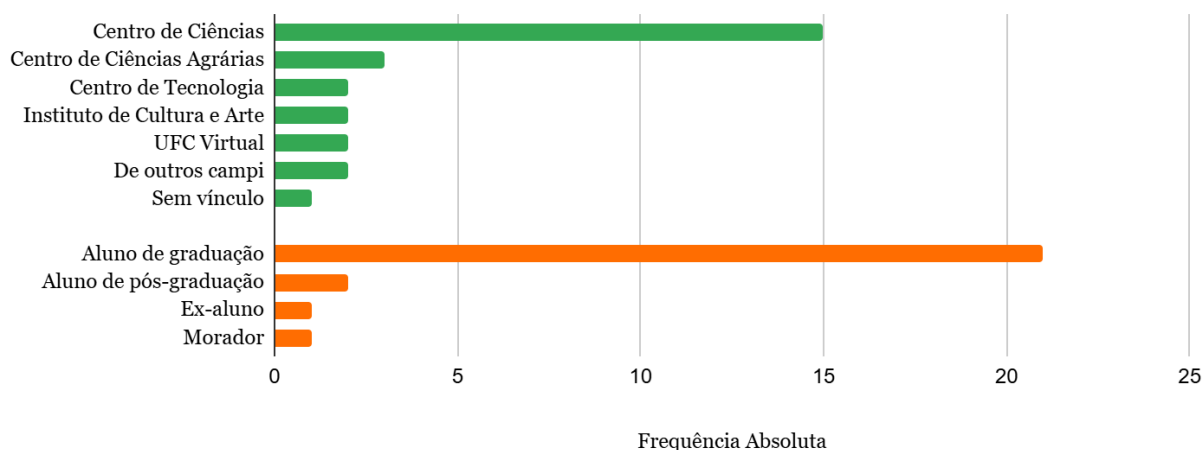
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Gráfico 2 – Orientação sexual dos participantes da Oficina de Cartografia Social.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Gráfico 3 – Vínculo com o Campus do Pici – UFC (Fortaleza) dos participantes da Oficina de Cartografia Social.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A cartografia social foi estruturada dentro de três etapas fundamentais: (i) elaboração de um mapa-base representando a cobertura do Campus do Pici (Mapa 2); (ii) formulação de perguntas norteadoras, com o intuito de guiar o processo de mapeamento participativo; (iii) produção de material visual explicativo sobre a tipologia de violências abordadas na pesquisa, exposto no Anexo A; e a (iv) elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido.



A oficina foi realizada no dia 27 de junho de 2025, com duração de 1 hora e 20 minutos, das 13h às 14h20, buscando otimizar o horário disponível para a maioria dos participantes discentes. A atividade contou com a presença do mediador, que também é o autor principal da pesquisa, além de uma equipe composta por quatro auxiliares. As responsabilidades dos auxiliares incluíam o acolhimento dos participantes, a transcrição da ata da oficina, o registro em fotos e áudios, além do suporte na elaboração do mapeamento e na elaboração das legendas do mapa.

Durante essa oficina, os participantes foram convidados a interagir com o mapa impresso em formato A0 do campus utilizando adesivos e canetas coloridas. Esses materiais (Figura 4) possibilitaram a marcação de espaços percebidos como seguros, inseguros, acolhedores ou hostis, bem como a inscrição de relatos, memórias e impressões subjetivas diretamente nos mapas, compondo assim uma cartografia afetiva e crítica do território.

Figura 3 – Material usado para aplicação da Oficina de Cartografia Social.



Fotografia: Autor (2025).

O primeiro trajeto da oficina de cartografia social consistiu na apresentação dos participantes, acompanhada de relatos sobre suas vivências enquanto pessoas LGBTQIAPN+ na Universidade Federal do Ceará, especificamente no campus do Pici. Em seguida, foi seguida a etapa prática utilizando os materiais (Figura 5).

Figura 4 – Registro da aplicação da cartografia social.



Fotografia: Autor (2025).

Dentre as perguntas norteadoras para cartografia social, destacam-se:

- (a) *Como você descreveria sua vivência no campus do Pici enquanto pessoa LGBTQIAPN+?*
- (b) *Quais são as áreas que você mais frequenta no campus?*
- (c) *Você se sente seguro(a/e) ao circular pelos espaços do campus? Por quê?*
- (d) *Quais espaços do campus lhe parecem mais acolhedores? Por quê?*
- (e) *Na sua percepção, a sensação de segurança varia entre os cursos ou áreas do campus? Se sim, quais setores lhe parecem mais seguros ou mais inseguros?*
- (f) *Existem locais que você evita ou percebe como hostis? Por quê? Em quais horários ou dias essa percepção se intensifica?*
- (g) *Você já vivenciou ou presenciou alguma situação de preconceito ou violência, seja sutil ou explícita, relacionada à sua identidade de gênero, orientação sexual ou expressão de gênero no campus? De onde ou de quem partiu essa violência?*
- (h) *Quais estratégias você adota (ou já adotou) para se sentir mais seguro(a/e) dentro do campus?*
- (i) *Em sua opinião, o campus está preparado para lidar com as demandas e preocupações da comunidade LGBTQIAPN+?*
- (j) *O que poderia ser implementado para que o campus se torne um ambiente mais seguro, acolhedor e inclusivo para pessoas LGBTQIAPN+?*

Para a obtenção dos objetivos desta pesquisa, e considerando o ecossistema específico de um campus universitário, foi adotada uma tipologia de violência que permite capturar as múltiplas dimensões da (in)segurança vivida pela comunidade LGBTQIAPN+. As categorias a seguir, baseadas nas referências deste estudo, orientarão a coleta e a análise dos dados espaciais e narrativos:

Figura 6 - Tipologia das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ para realização metodológica da pesquisa.

TIPOS	DEFINIÇÕES
Violência Física	Agressões, espancamentos, assassinatos e qualquer atentado contra a integridade física devido à identidade de gênero ou orientação sexual.
Violência Psicológica	Engloba ameaças, humilhações, chantagens e coerções que geram sofrimento emocional. No campus, essa violência se materializa através do bullying entre colegas, intimidações e a criação de um ambiente hostil que afeta a permanência e o desempenho acadêmico do estudante.
Violência Moral	Refere-se a ofensas à honra e à reputação, como calúnias, difamações e injúrias. Isso se traduz na disseminação de boatos e comentários maldosos nos corredores, salas de aula e grupos de redes sociais da comunidade acadêmica, visando isolar e desacreditar o indivíduo.
Violência Sexual	Inclui assédio, abuso, estupro ou qualquer ato sexual forçado. Em um campus, o risco se associa a espaços de socialização, como festas e eventos, e a locais isolados, podendo gerar medo e levar à restrição da circulação de pessoas da comunidade pelo território.
Violência Institucional	Caracteriza-se pela negação de direitos ou tratamento desigual por parte de instituições. Na universidade, isso ocorre quando há falhas em garantir o uso do nome social em listas de chamada e documentos, a inexistência de banheiros inclusivos ou a ausência de políticas eficazes para apurar denúncias de LGBTQIAPN+fobia.
Violência Simbólica	Expressa em piadas, silenciamentos e discursos que reforçam estigmas sobre identidades. Sendo a universidade um espaço de produção de conhecimento, essa violência é particularmente grave. Ela acontece quando currículos invisibilizam autores e teorias LGBTQIAPN+, quando um professor faz um comentário preconceituoso ou quando a própria pesquisa acadêmica perpetua estereótipos.

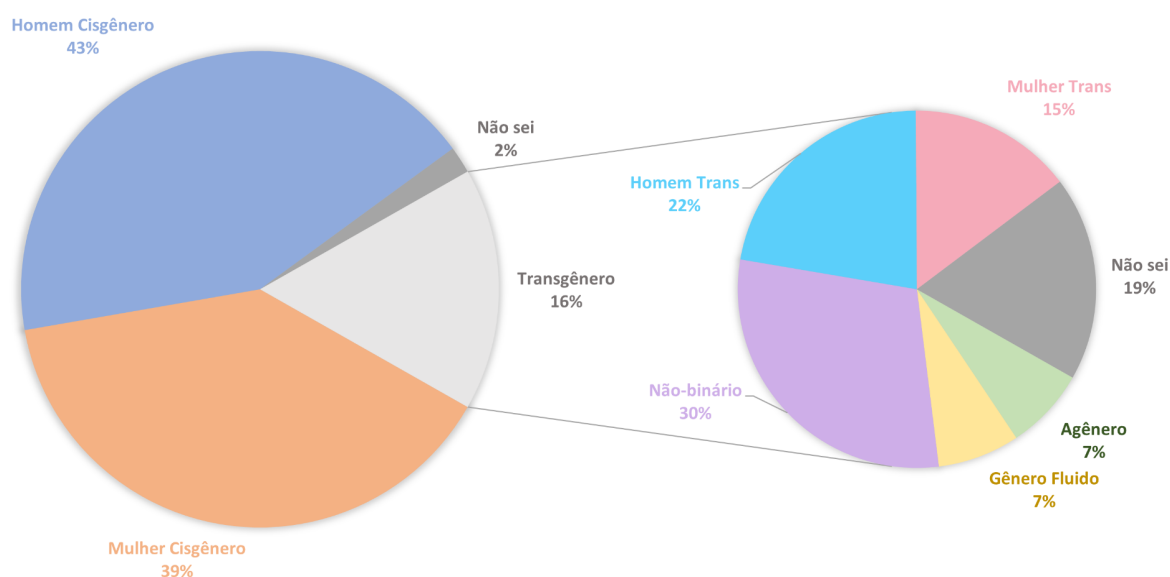
Fonte: autor (2025).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Pertencimento, reconhecimento e liberdade LGBTQIAPN+ no Campus do Pici da UFC (Fortaleza)

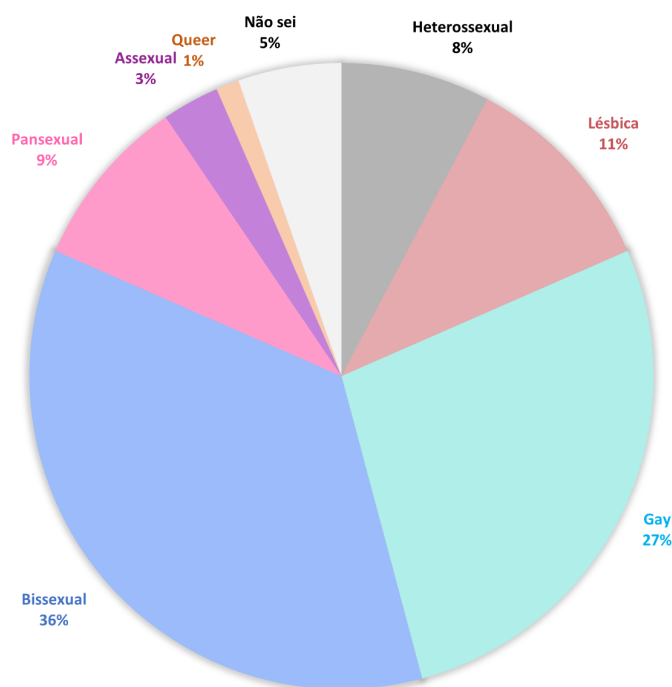
Participaram da etapa de aplicação do questionário online um total de 161 frequentadores do Campus do Pici, os quais se autodeclararam referentes, predominantemente, à faixa etária entre 18 e 29 anos (93,2%), entre 30 e 44 anos (3,1%) e menores de 18 anos (3,7%). Observou-se, ainda, que quase a totalidade dos participantes do estudo se identificaram pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, e a variedade de orientações sexuais e identidades de gênero pode ser observada no Gráfico 4 e 5 que revela o perfil dos participantes. O bloco de perfil também contabilizou os vínculos dos respondentes com o Campus do Pici, como visto no Gráfico 6.

Gráfico 4 – Identidade de gênero dos participantes do questionário online.



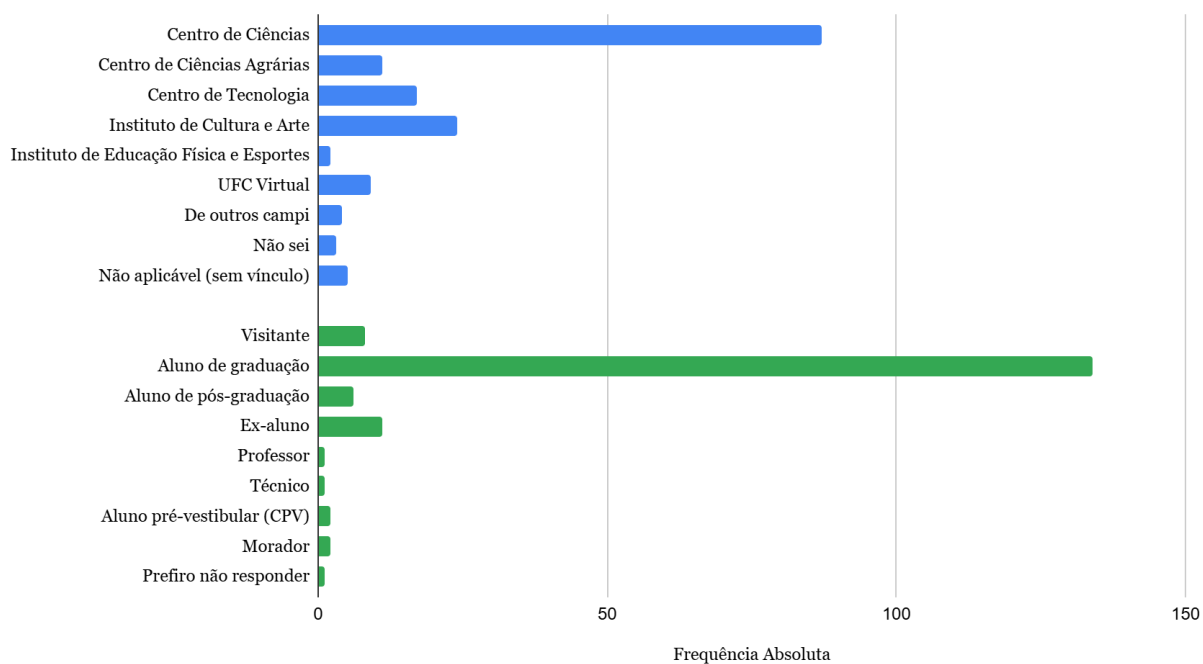
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Gráfico 5 – Orientação sexual dos participantes do questionário online.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Gráfico 6 – Vínculo com o Campus do Pici – UFC (Fortaleza) dos participantes do questionário online.



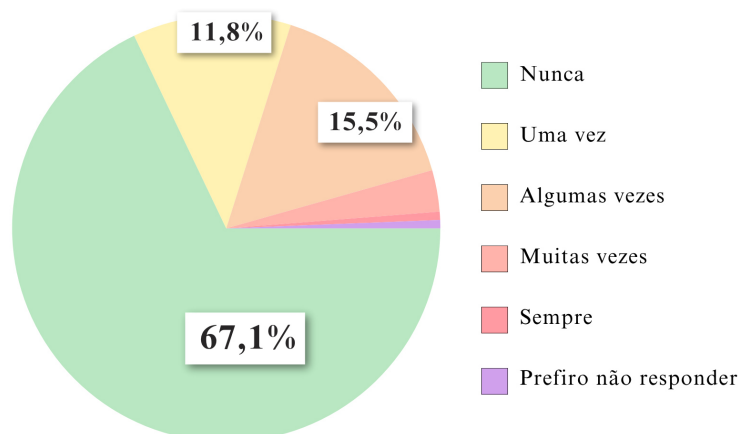
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Observou-se uma representativa participação de discentes pertencentes ao Centro de

Ciências (CC) do Campus do Pici, que congrega os cursos de Biotecnologia, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Estatística, Física, Geografia, Geologia, Matemática e Química, como também significativa adesão de alunos vinculados ao Instituto de Cultura e Arte (ICA), composto pelos cursos de Cinema e Audiovisual, Dança, Design de Moda, Gastronomia, Música, Publicidade e Propaganda, e Teatro. A proximidade desses cursos com debates voltados às questões de gênero e sexualidade configura-se como uma realidade frequentemente apontada por estudantes e docentes, sendo, inclusive, tematizada nas etapas subsequentes desta pesquisa.

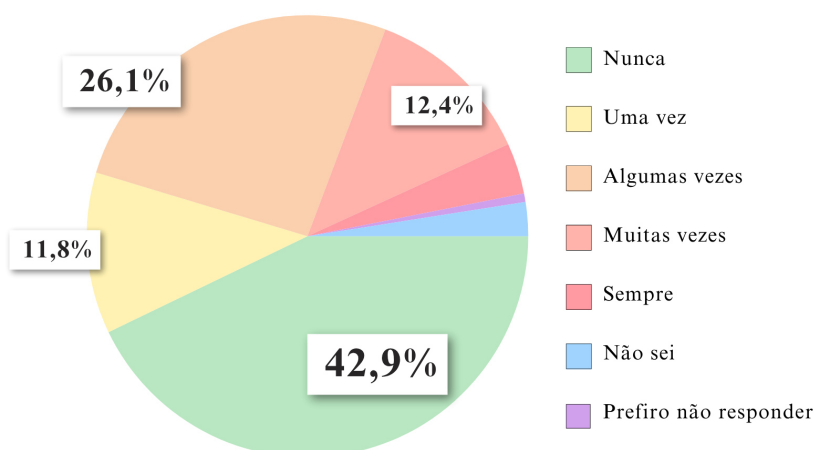
No bloco dedicado às percepções de inseguranças, discriminações e desconfortos, as perguntas foram cuidadosamente elaboradas para investigar de forma direta e sensível às vivências cotidianas da comunidade LGBTQIAPN+ no espaço do campus. Essa etapa da pesquisa teve como propósito captar, com maior profundidade, os sentimentos e experiências subjetivas relacionadas ao pertencimento, ao reconhecimento e à liberdade de circulação dos indivíduos dissidentes de gênero e sexualidade. Dentre as questões propostas, destacam-se duas de caráter central, apresentadas nos Gráficos 7 e 8.

Gráfico 7 – “Você já sofreu algum tipo de discriminação ou violência no Campus do Pici – UFC (Fortaleza) devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual?”.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Gráfico 8 – “Você já testemunhou algum tipo de discriminação ou violência Campus do Pici – UFC (Fortaleza) devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual?”.



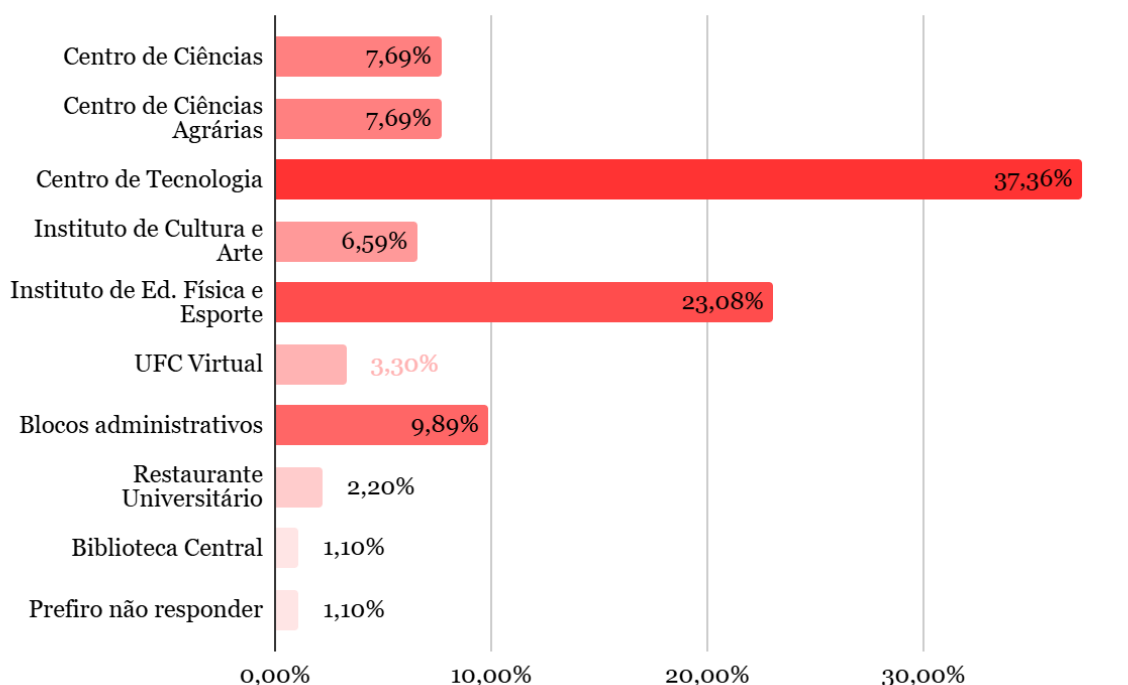
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A comparação entre as respostas às duas questões revela que a violência direcionada à população LGBTQIAPN+ está presente no cotidiano do campus universitário, ainda que nem sempre de forma direta. Embora aproximadamente 67% dos participantes tenham afirmado não ter sido vítimas pessoais de discriminação ou violência em razão de sua identidade de gênero ou orientação sexual, cerca de 54,04% relataram já ter testemunhado episódios desse tipo envolvendo terceiros. Esses dados indicam que, mesmo quando não atinjam diretamente o indivíduo, as práticas discriminatórias são percebidas e experienciadas coletivamente, o que contribui para a construção de uma atmosfera de insegurança e silenciamento.

A pesquisa também abordou a questão da evasão de determinados espaços do campus

motivada por sentimentos de medo ou desconforto. Ainda que tais percepções nem sempre estejam diretamente relacionadas às experiências concretas de violência, elas são frequentemente alimentadas por estigmas e estereótipos que se fixam sobre determinados locais, moldando subjetivamente a relação dos sujeitos com o território. Aproximadamente 56,5% dos participantes afirmaram já ter evitado circular por áreas específicas do Campus do Pici, evidenciando a existência de zonas percebidas como inseguras. A espacialização dessas percepções foi especialmente concentrada em torno de determinados centros e departamentos do campus, conforme ilustrado no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Locais no Campus do Pici – UFC (Fortaleza) que evitei frequentar por medo de discriminação ou violência devido a minha identidade de gênero ou orientação sexual.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

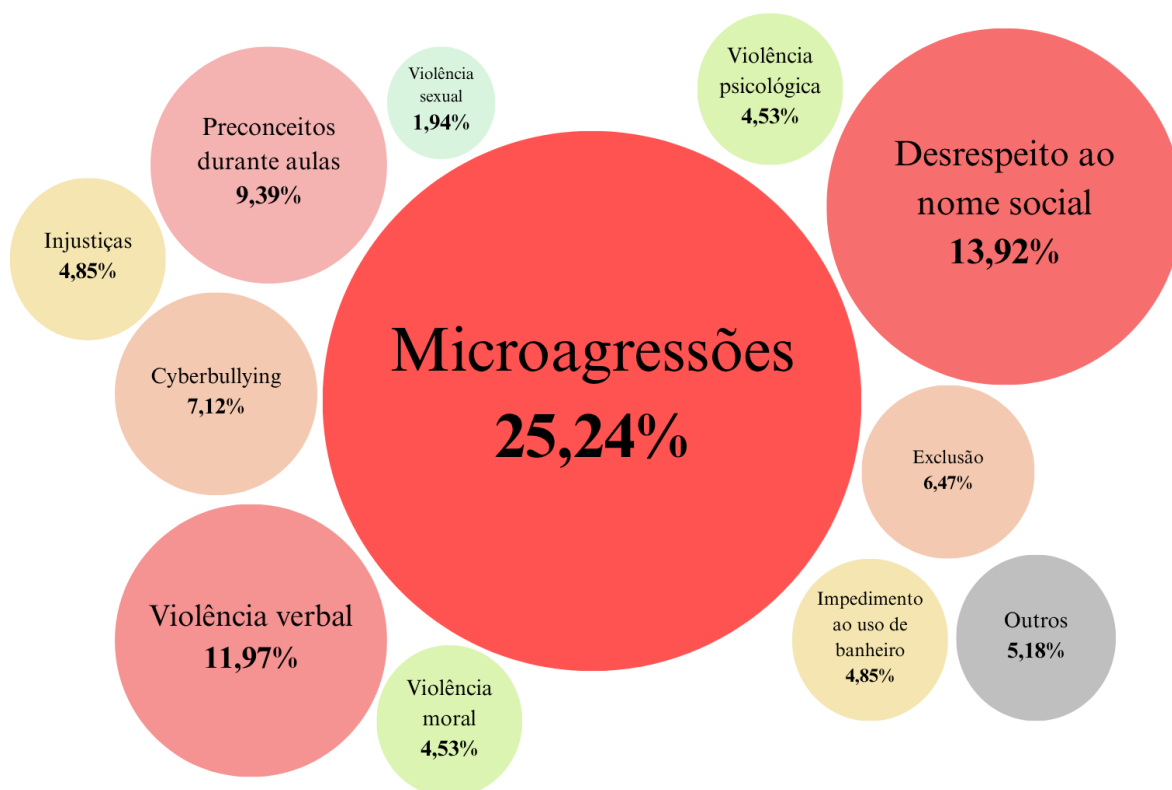
Na seção dissertativa do questionário online, alguns participantes puderam compartilhar, de forma mais livre, as justificativas que motivaram a evasão de determinados locais no campus. Vários entrevistados relataram evitar certos locais, como banheiros lotados ou o Restaurante Universitário, devido ao medo de serem alvos de discriminação. Em casos específicos, foram mencionados episódios de *bullying*, como o que envolveu uma funcionária administrativa que pediu que um casal de mulheres se retirasse de um espaço comum sem explicações claras. Embora o campus seja descrito como geralmente seguro, especialmente em locais como o UFC Virtual, ICA ou CC, alguns responderam que os arredores, como as

paradas de ônibus, apresentam mais risco de assédio.

Também houve relatos de discriminação vinda de pessoas dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, com comentários de julgamento e falta de acolhimento, o que é um problema ainda mais visível em espaços como o Campus do Pici. No geral, muitos expressaram um sentimento de insegurança ao não verem representatividade ou espaços de socialização mais diversos, o que os faz sentirem-se isolados.

No bloco destinado à investigação dos tipos de violência, o formulário buscou identificar, tanto experiências vividas quanto situações testemunhadas pelos participantes. A escolha por essa abordagem ampla se fundamenta no reconhecimento de que a maioria dos casos de discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+ não é formalmente denunciada, seja por medo de represálias, falta de confiança nas instituições ou naturalização das violências simbólicas cotidianas. Diante disso, o objetivo foi compreender como essas manifestações de violência (sutis ou explícitas) ocorrem no ambiente universitário, inclusive em locais geralmente percebidos como seguros ou acolhedores, como se pode observar na Figura 7.

Figura 7 – Tipos de violência vivenciadas no Campus do Pici - UFC, Fortaleza.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Dentre as formas de violência relatadas destacam-se, com maior frequência, as

microagressões, que se configuram como as experiências mais recorrentes no cotidiano do campus. Segundo definição de Nadal (2012), microagressões consistem em ofensas sutis e repetitivas (verbais ou comportamentais) que, mesmo quando não intencionais, comunicam hostilidade, desprezo ou desrespeito aos indivíduos pertencentes aos grupos historicamente oprimidos. Também se observa, de maneira significativa, o desrespeito ao uso do nome social, um direito assegurado legalmente pelo Decreto nº 8.727/2016, cuja violação representa não apenas uma infração administrativa, mas um atentado simbólico à identidade dos sujeitos trans e não binários.

Outro dado relevante refere-se à ocorrência de *cyberbullying*. Embora se manifeste no ambiente virtual, essa forma de violência não se dissocia do espaço físico, uma vez que as agressões, frequentemente, partem de colegas ou membros da comunidade acadêmica e circulam em grupos de disciplinas, redes sociais e outras plataformas digitais, impactando diretamente a saúde mental e o desempenho acadêmico das vítimas. Na categoria “outros”, foram mencionados episódios que incluem o impedimento da livre circulação e permanência em áreas do campus, perseguições, ameaças, pichações com teor discriminatório, além de casos de violência patrimonial, como furtos, e agressões físicas, todos exemplos que reforçam a persistência de um ambiente marcado por vulnerabilidades e exclusão.

No bloco destinado à investigação sobre recursos de apoio, os participantes foram questionados acerca da existência e do conhecimento de redes formais ou informais voltadas ao acolhimento da comunidade LGBTQIAPN+ no campus. De forma bastante expressiva, 96,9% dos respondentes afirmaram não conhecer nenhum tipo de iniciativa com esse propósito, evidenciando uma lacuna institucional significativa no que diz respeito à promoção de espaços de suporte e pertencimento. Entre os poucos que responderam positivamente, foi mencionado o Fórum Trans da UFC, grupo gerido por discentes com foco no acolhimento e fortalecimento de pessoas trans dentro da universidade.

Além disso, foram citadas ações pontuais, como eventos, palestras e atividades culturais que, embora não configurem políticas permanentes, têm promovido momentos de visibilidade, reconhecimento e resistência para a comunidade LGBTQIAPN+. Tais iniciativas, contudo, tendem a se concentrar nos setores acadêmicos mais sensíveis às questões de gênero e sexualidade, reforçando a ideia de que a presença institucional desses debates ainda ocorre de forma localizada e não sistemática.

No bloco final do questionário online, dedicado às conclusões, opiniões e sugestões, foi incluída uma pergunta acerca da percepção dos participantes sobre o campus do Pici como um espaço *gay friendly*, com base na definição previamente apresentada. Os dados revelaram

que 70,8% dos respondentes consideram o campus como um ambiente relativamente positivo nesse aspecto, enquanto 9,9% discordaram dessa avaliação e 14,3% afirmaram não saberem opinar. Alguns participantes, entretanto, complementaram suas respostas indicando que essa percepção varia consideravelmente conforme os centros acadêmicos ou até mesmo entre os blocos de um mesmo centro, sugerindo que a sensação de acolhimento não é homogênea, mas fragmentada e dependente de contextos específicos dentro do próprio campus.

Na sequência, foram incluídas perguntas de caráter opinativo e sugestivo, de resposta opcional, que obtiveram um engajamento satisfatório por parte dos participantes (Quadro 1):

Quadro 1 – Sínteses analíticas das respostas do bloco “Conclusões e opiniões” do questionário online. Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Questão 1: Em sua opinião, quais fatores contribuem para a sensação de insegurança LGBTQIAPN+ no campus do Pici – UFC (Fortaleza)?

A análise das respostas revelou preocupações comuns em relação à segurança, à falta de infraestrutura e ao preconceito dentro do campus. Muitos mencionaram a deficiência de iluminação, especialmente à noite, e a falta de vigilância eficaz como fatores que aumentam a sensação de insegurança. Além disso, foi apontado o comportamento de funcionários, incluindo seguranças, professores e técnicos administrativos, como uma fonte significativa de preconceito e discriminação. Alguns destacaram a falta de ações resolutivas para casos de discriminação, o que contribui para um ambiente de desconforto, principalmente entre alunos de grupos minoritários. Apesar da universidade ser vista como um espaço plural e acolhedor, muitos ainda percebem a presença de normas heteronormativas e uma gestão inadequada para lidar com situações de discriminação, o que reflete na sensação de insegurança e falta de apoio.

Participante M: “O descaso para com os meios estruturais na universidade também reverbera a insegurança, a falta de uma orientação quanto aos seguranças para lidar com situações de preconceitos ou de discriminação direta vistas pelos mesmos. A falta de núcleo gestacional para com esse tipo de demanda que possa ser aberto ao público da comunidade junto aos demais núcleos que poderiam trabalhar junto para ajudar quanto a questão de gestão melhorar nessa requisito [sic].”

Questão 2: Quais medidas você acredita que poderiam melhorar a segurança e qualidade de vida das pessoas LGBTQIAPN+ no campus do Pici – UFC (Fortaleza)?

As sugestões para melhorar o ambiente no campus incluem, principalmente, ações voltadas para a segurança, a inclusão e a conscientização. Muitos participantes destacaram a necessidade de uma iluminação melhor, especialmente à noite, e maior policiamento dentro e ao redor do campus para aumentar a sensação de segurança. Também foi apontada a importância de uma ouvidoria exclusiva para questões relacionadas à discriminação, com maior eficácia e atuação real, e não apenas como uma ferramenta simbólica. A capacitação dos seguranças para lidar com situações de preconceito e discriminação foi uma preocupação recorrente, com sugestões de treinamentos especializados. Além disso, os respondentes sugeriram a criação de núcleos de apoio e grupos de acolhimento, que

poderiam envolver tanto alunos quanto professores e técnicos administrativos, para discutir e elaborar estratégias de inclusão e combate aos estigmas. A educação sobre a importância de defender grupos socialmente vulneráveis e uma maior divulgação de programas de apoio também foram mencionadas como fundamentais para mudar a cultura dentro da universidade.

Participante S: “Acredito que uma melhor divulgação de programas de apoio para a comunidade. Principalmente uma forma de educar mais as pessoas sobre a importância de defender os socialmente vulneráveis, muito da população desse campus lincharia alguém fazendo comentários racistas e sendo discriminatório e escroto, mas não faz nada quanto a sexualidade e principalmente gênero. E pressionar os órgãos administrativos a penalizar os funcionários que cometam agressões, além de claro, o mais importante, educar estes de forma coesa. [sic].”

Questão 3: O que você acha da especialização cartográfica dos locais de insegurança do Campus do Pici – UFC (Fortaleza) através de metodologias participativas?

Todos os respondentes consideraram importante a iniciativa do mapeamento participativo do campus com esta iniciativa.

Participante X: “Acho um ótimo método para se localizar onde se tem essas inseguranças, é de extrema importância ter essa ferramenta e conhecimento, até mesmo para que no futuro (próximo, espero) seja realizado trabalhos em cima dessa temática de como combater não só com pesquisa mas também com ações todo esse tipo de violência [sic].”

Participante Y: “Importante porque podemos entender onde temos maior vulnerabilidade quanto a esse problema e daí criar estratégias de acordo com a demanda daquele local [sic].”

Participante Z: “Pode auxiliar em identificar lugares com maior incidência de violência contra LGBT. Incentivar palestras nos centros que têm maior incidência de violências [sic].”

5.2. Cartografia social da (In)segurança LGBTQIAPN+ no Campus do Pici – UFC (Fortaleza)

De modo geral, os participantes compartilharam percepções sobre como ser uma pessoa *queer* nesse espaço implica vivenciar uma realidade distinta daquela encontrada em outras partes da cidade. Por se tratar de um campus relativamente isolado, o Pici adquire uma atmosfera própria, frequentemente percebida como mais segura em comparação ao ambiente urbano ao seu redor. No entanto, essa sensação de segurança mostrou-se localizada, concentrando-se em setores específicos do campus, enquanto outras áreas permanecem marcadas por inseguranças, motivadas tanto por experiências diretas quanto por narrativas compartilhadas, rumores ou estereótipos associados a determinados locais.

O início da atividade cartográfica na oficina se deu por meio do reconhecimento coletivo do território do campus, a partir da observação e interação com o mapa previamente elaborado. Os participantes foram convidados a espacializar, utilizando adesivos, os locais que mais frequentam dentro do campus do Pici. Essa etapa foi guiada por uma pergunta norteadora: “Onde resistem os corpos LGBTQIAPN+ no campus do Pici?” (Mapa 3). A provocação buscava estimular reflexões sobre os espaços de presença, circulação e resistência dessa comunidade, promovendo uma leitura afetiva e política do território vivenciado.

Para introduzir os participantes à abordagem da pesquisa, foi apresentada a tipologia de violências adotada no estudo, com o objetivo de contextualizar as diversas formas de discriminação enfrentadas por pessoas LGBTQIAPN+ no campus. Em seguida, propôs-se a espacialização coletiva dessas experiências, tanto de enfrentamento quanto de testemunho, por meio da marcação no mapa. Utilizaram-se adesivos de cores distintas para representar cada categoria de violência: física, institucional, moral, psicológica, simbólica e sexual, vistas no Mapa 4.

Como estopim do mapeamento, propôs-se a espacialização dos locais percebidos como seguros e inseguros (Mapas 5, 6 e 7) pela comunidade, a partir da vivência dos participantes. Os espaços considerados seguros foram caracterizados como aqueles que favorecem a livre expressão de identidade de gênero e orientação sexual, marcados por relações de acolhimento, respeito, presença de redes de apoio ou, ainda, pela convivência com grupos reconhecidamente mais abertos à diversidade. Já os espaços de insegurança foram descritos como locais onde predominam olhares de julgamento, ausência de representatividade, histórico ou percepção de episódios discriminatórios, e condições físicas que ampliam a vulnerabilidade, como má iluminação, isolamento e baixa circulação de pessoas. O mapa 7 traz uma sobreposição dos espaços de (in)seguranças.

Também foi registrada, durante a etapa, uma rota de insegurança: a “Rota do medo” (Mapa 6) é amplamente evitada pelos estudantes devido à ausência de iluminação adequada e à baixa circulação de pessoas, especialmente em horários de menor movimento, como no período noturno. Esse espaço, marcado pelo isolamento físico e simbólico, foi apontado como um dos pontos mais críticos no mapeamento coletivo, evidenciando como determinadas condições estruturais podem intensificar a sensação de vulnerabilidade entre os sujeitos LGBTQIAPN+.

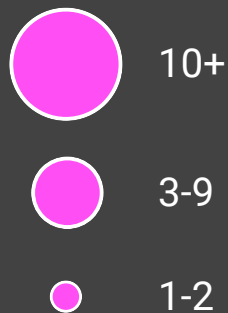
Por fim, foram compartilhados e mapeados os espaços de apoio (Mapa 8) identificados pelos participantes. Esses locais não foram compreendidos apenas em sua dimensão formal, como núcleos institucionais de acolhimento ou serviços específicos, mas

também sob uma ótica afetiva e comunitária. Esses espaços foram interpretados como: grupos de estudos, ponto de encontro de grupos de amizade, centros acadêmicos, espaços de convivência e eventos. Essa percepção ampliada evidencia que o sentimento de acolhimento não se restringe à presença de políticas formais, mas também se constrói a partir das relações cotidianas e da ocupação coletiva dos espaços.

Mapa 3 – Onde resistem os corpos LGBTQIAPN+ no Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)



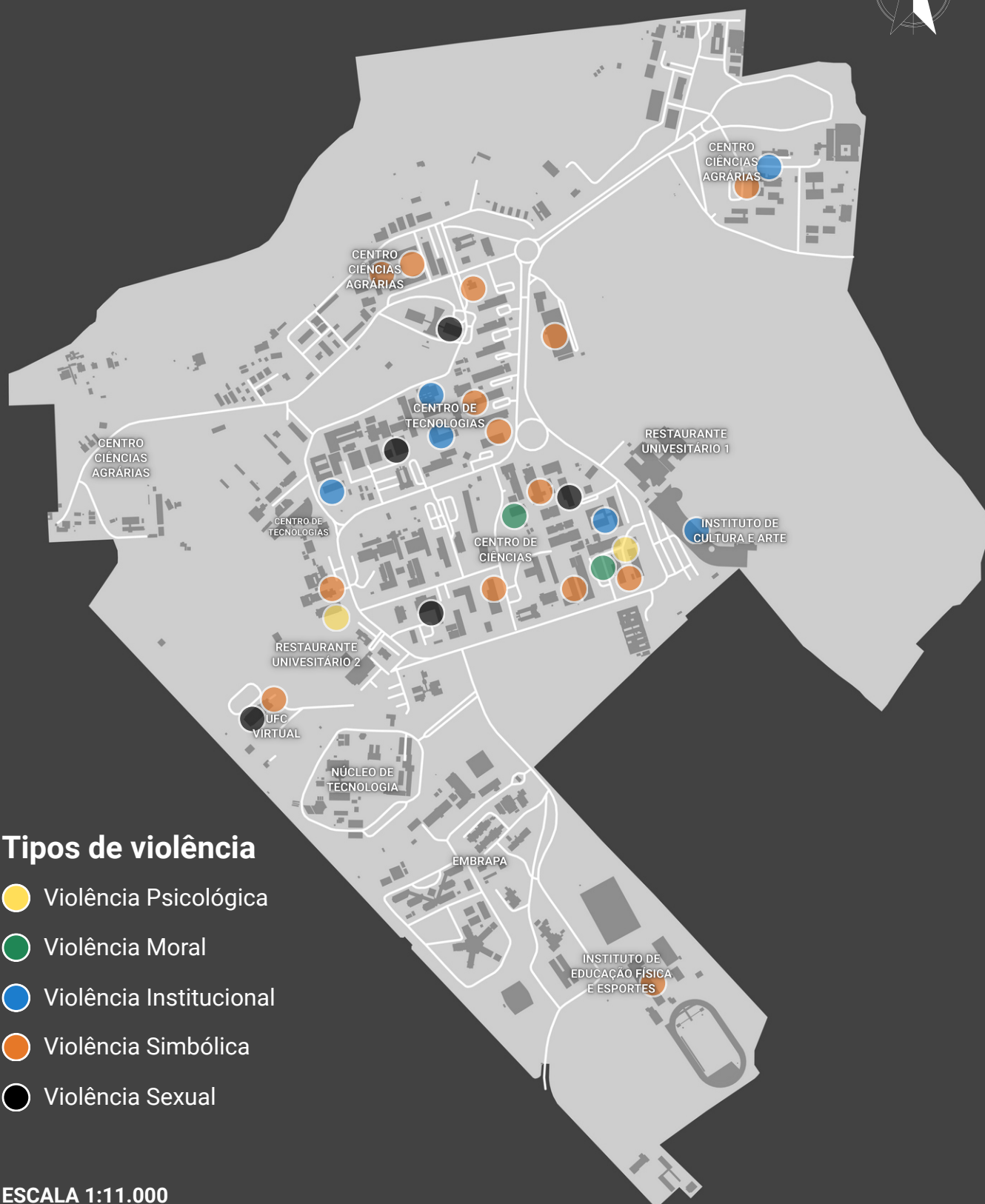
Número de adesivos



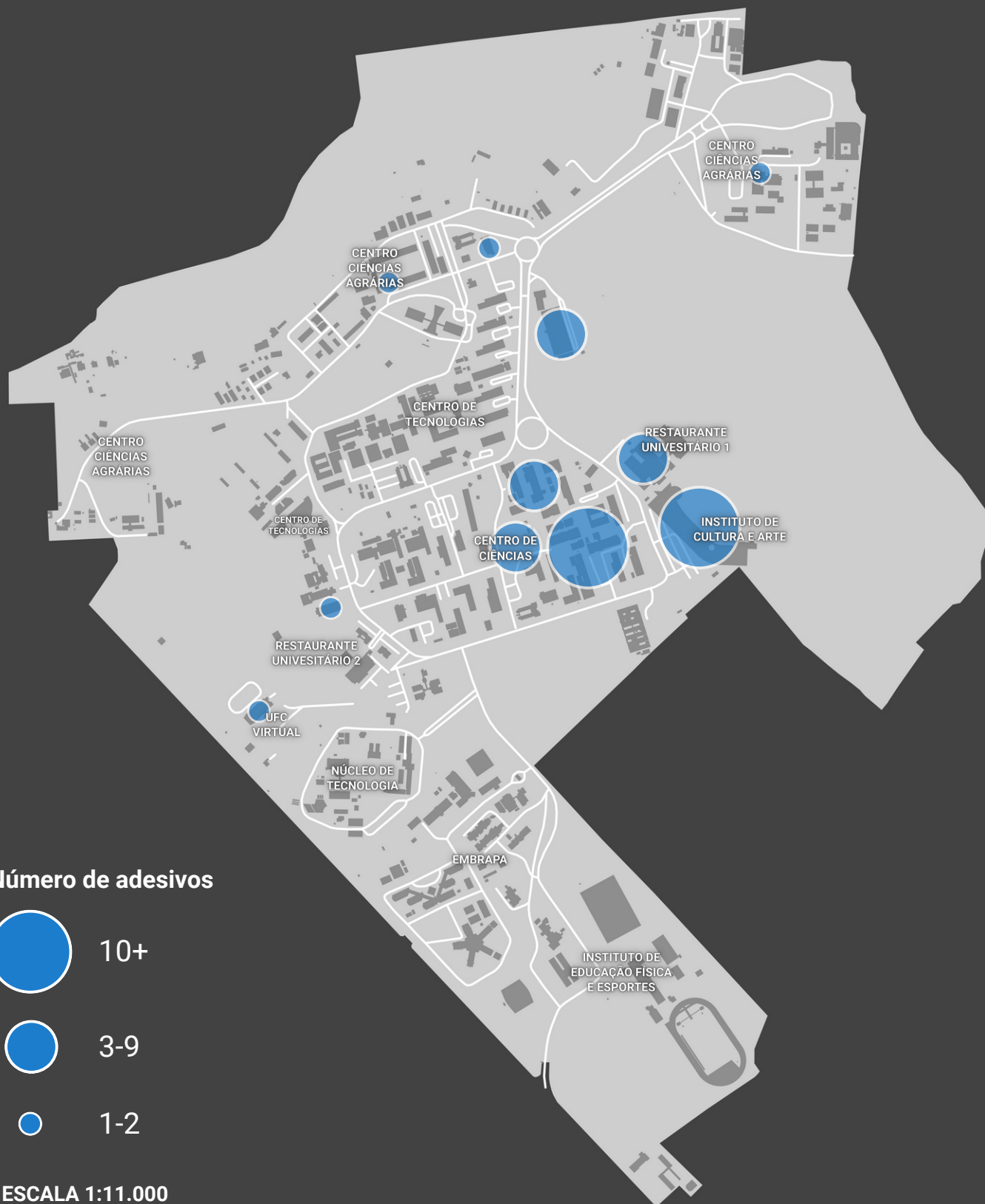
ESCALA 1:11.000

Elaborado por: Pedro Alves (2025)
Orientação: Profª Drª Adryane Gorayeb
Universidade Federal do Ceará (Fortaleza)

Mapa 4 – Espacialização das violências contra a comunidade LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)



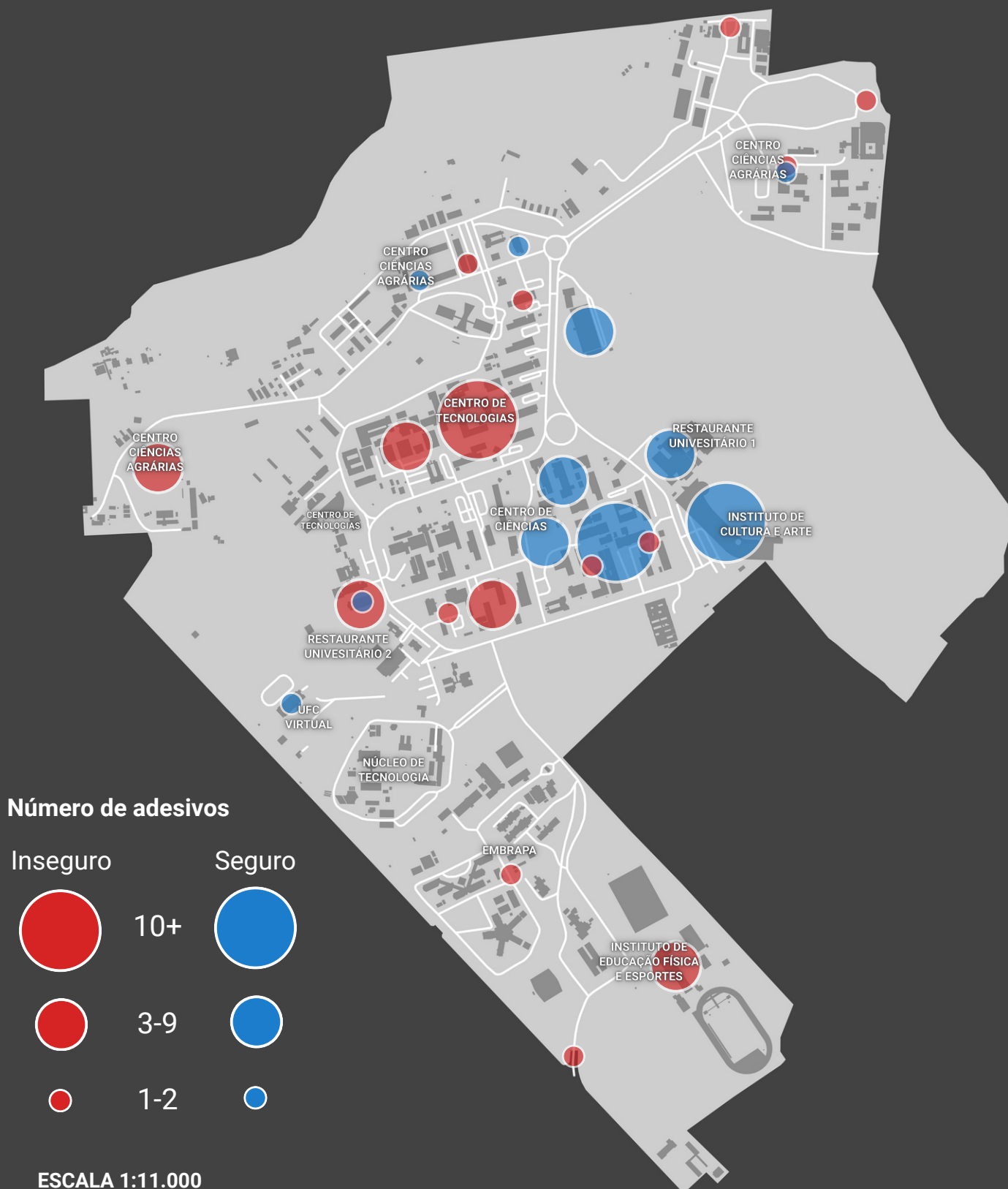
Mapa 5 – Espaços de segurança LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)



Mapa 6 – Espaços de insegurança LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)



Mapa 7 – Sobreposição dos espaços de segurança e insegurança da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)



ESCALA 1:11.000

Elaborado por: Pedro Alves (2025)


Orientação: Profª Drª Adryane Gorayeb
Universidade Federal do Ceará (Fortaleza)

Mapa 8 – Espaços de apoio/acolhimento da comunidade LGBTQIAPN+ da Universidade Federal do Ceará – Fortaleza (CE)



 Pontos de apoio

 Fórum Trans*

 Geincluir*

*O grupo de estudo Geincluir (promovido pelo Programa de Educação Tutorial do curso de Biologia) e o Fórum Trans foram equipamentos mencionados como instrumentos de apoio direto a comunidade LGBTQIAPN+.

ESCALA 1:11.000

Elaborado por: Pedro Alves (2025)

Orientação: Profª Drª Adryane Gorayeb
Universidade Federal do Ceará (Fortaleza)

A espacialização das experiências permite identificar padrões de apropriação e exclusão dentro do território do campus. De acordo com os relatos coletados durante a oficina, os espaços percebidos como mais confortáveis e acolhedores concentram-se, principalmente, no Centro de Ciências e no Instituto de Cultura e Arte, áreas associadas a cursos cujas abordagens dialogam mais diretamente com temas de diversidade, direitos humanos e enfrentamento às desigualdades. Esses locais foram reconhecidos como ambientes onde há maior visibilidade e respeito às identidades dissidentes. Em contraste, os setores ligados às ciências exatas, bem como os espaços de circulação associados a esses cursos, foram frequentemente apontados como zonas de maior desconforto ou insegurança. Tal percepção sugere uma relação entre o conteúdo e a cultura dos cursos ofertados e a forma como a diversidade de gênero e sexualidade é acolhida ou rejeitada nesses territórios específicos do campus.

Ainda que determinados setores do campus tenham sido reconhecidos como espaços de maior acolhimento, relatos obtidos durante a oficina evidenciam que a segurança nesses locais não é absoluta. Mesmo nesses ambientes considerados seguros, foram mencionadas situações de xingamentos, piadas ofensivas, naturalização de posturas discriminatórias, desrespeito ao uso do nome social e à identidade de gênero, além de episódios de violência sexual, tanto experienciados quanto testemunhados. Quando questionados sobre a realização de denúncias formais, a maioria dos participantes afirmou não ter recorrido aos canais institucionais, seja por receio de sofrer represálias, seja pela percepção de inexistência de mecanismos específicos e confiáveis de escuta e acolhimento dentro da universidade. Nos casos em que houve tentativas de denúncia em esferas internas, como junto a docentes ou coordenações de curso, muitos relataram a ineficácia das respostas institucionais, revelando um cenário de silenciamento e negligência frente às demandas da comunidade LGBTQIAPN+.

Os relatos coletados revelam que os algozes das violências mencionadas eram, em sua maioria, colegas estudantes, docentes ou trabalhadores terceirizados vinculados aos blocos acadêmicos. Em diversas situações mais detalhadas, os participantes relataram que alguns agressores deslocavam-se intencionalmente para outras áreas do campus, distantes de seus vínculos diretos, com o objetivo de praticar atos discriminatórios em territórios onde sua conduta ainda não era conhecida, o que dificultava a identificação e o enfrentamento imediato dessas violências. Também foram mencionados episódios em que estruturas de poder e hierarquias acadêmicas foram instrumentalizadas para a reprodução de práticas discriminatórias, como no caso de agressões oriundas de membros de diretórios e centros

acadêmicos.

Eventos pontuais como palestras, seminários, aulas temáticas, oficinas, cerimônias artísticas e culturais, calouradas, reuniões de grupos de estudo e outras atividades foram amplamente lembrados durante a etapa de mapeamento dos pontos de apoio e resistência no campus. No entanto, também foi enfatizada a escassez de equipamentos institucionais permanentes voltados à escuta, acolhimento e denúncia de episódios discriminatórios, como canais seguros e específicos para registro de violências de gênero e sexualidade.

Além disso, os eventos mencionados tendem a se concentrar em setores previamente reconhecidos como mais abertos à diversidade, o que reforça a territorialização da segurança e da inclusão no campus. Esse padrão gerou, entre os participantes, reflexões e sugestões sobre a necessidade de descentralizar as ações afirmativas, promovendo intervenções intencionais nos espaços marcados como inseguros ou hostis. A ampliação de políticas culturais, pedagógicas e institucionais nesses locais foi vista como um passo fundamental para romper com a lógica de silenciamento e segmentação, criando oportunidades de transformação onde as práticas excludentes ainda se mostram mais enraizadas. A proposta de ocupação crítica e educativa desses territórios visa, não apenas, ampliar o acesso a redes de apoio, mas também tensionar as normatividades que sustentam a marginalização dentro da própria universidade.

6. CONCLUSÕES

A presente investigação, ao se debruçar sobre a espacialização da (in)segurança da comunidade LGBTQIAPN+ no Campus do Pici – UFC (Fortaleza), revela que o território universitário está longe de ser um ambiente homogêneo de liberdade e pensamento crítico. As análises demonstram que a percepção de segurança é fragmentada e condicional, operando como um reflexo das culturas que demarcam seus diferentes centros. Evidenciou-se uma nítida clivagem territorial, na qual os espaços ligados às humanidades e artes são percebidos como zonas de maior acolhimento, enquanto áreas associadas às ciências exatas e tecnológicas são frequentemente estigmatizadas como hostis. Essa geografia do medo e do acolhimento confirma que a universidade, enquanto microcosmo social, reproduz ativamente as espacialidades heteronormativas que regem a esfera pública, cultural e social.

A metodologia que articula o questionário à oficina de cartografia social foi crucial para essa constatação. De forma especial, a elaboração do mapa participativo ultrapassa a mera coleta de dados para se converter em um ato político e de validação coletiva. A visualização das experiências no mapa cumpre uma função essencial: demonstrar que a violência e o desconforto não são sentimentos isolados ou meramente subjetivos, mas sim fenômenos com uma lógica espacial concreta. Ao ver suas vivências espelhadas nas de outros, os participantes puderam reconhecer padrões de exclusão, compreendendo que a insegurança é uma característica territorialmente produzida e, portanto, passível de ser combatida e transformada.

O estudo revela que esta insegurança é nutrida, cotidianamente, por uma ecologia de agressões simbólicas, psicológicas e morais. Mais do que a violência física explícita, são as microagressões, o desrespeito ao nome social, os olhares de reprovação e os silenciamentos que constroem um ambiente hostil, forçando indivíduos a adotarem estratégias de autocontenção e a evitarem deliberadamente certos locais. Essa dinâmica é agravada por uma profunda lacuna institucional.

A expressiva ausência de conhecimento sobre redes de apoio formais por parte dos respondentes (com 96,9% afirmando desconhecer-las) somada à ineficácia dos canais de denúncia mencionados durante a oficina, evidencia uma grave lacuna institucional. Tal cenário pode ser interpretado como uma manifestação de violência institucional por omissão, na medida em que a falta de mecanismos eficazes de acolhimento e responsabilização não apenas desampara as vítimas, como também contribui para a legitimação e a perpetuação das práticas discriminatórias dentro do ambiente universitário. A negligência institucional, nesse

contexto, deixa de ser apenas uma falha administrativa para se tornar um fator ativo na manutenção da exclusão e da insegurança.

Os relatos dos participantes evidenciam que a sensação de insegurança no campus está relacionada a uma série de fatores estruturais e institucionais. Entre os mais recorrentes, destaca-se a precariedade da infraestrutura, especialmente a iluminação insuficiente em horários noturnos, que compromete a circulação segura em diversos setores. Soma-se a isso a carência de políticas eficazes no enfrentamento das discriminações, bem como o despreparo de parte do corpo funcional da universidade, cuja conduta e ausência de formação específica agravam o sentimento de vulnerabilidade. A persistência de normas e práticas orientadas por uma lógica heteronormativa, aliada à negligência no acolhimento de grupos minoritários, contribui para o fortalecimento de mecanismos de exclusão simbólica e para o afastamento da comunidade LGBTQIAPN+ dos espaços institucionais que deveriam ser inclusivos por natureza. Dos relatos colhidos ao longo da pesquisa é destacado:

Participante A: “Geralmente envolve funcionários querendo me impedir de utilizar o banheiro que prefiro. Muitas vezes opto por utilizar o PCD por ser individual, então é mais seguro pra mim, mas na maioria dos blocos esses banheiros encontram-se trancados. O que acredito que não é nada acessível para pessoas com deficiência também [sic].”

Participante B: “Sou bissexual e um homem queria me obrigar a ter relações sexuais com ele, ele me assediou, mas sinto que por ele ser homem e eu também, as pessoas só ignoraram e eventualmente eu não aguentei mais estar em um espaço que também pertencia a mim e me afastei da faculdade [sic].”

Participante C: “As situações que consigo me lembrar são referentes ao nome social de um aluno trans. Seu nome social, no masculino, por vezes era confundido com o nome morto, como estava na relação de presença das aulas. Acredito que fosse algo relacionado ao SIGAA, pois todos os professores que me lembro corrigiam-se prontamente já na aula seguinte [sic].”

Alguns participantes ressaltaram a importância de que funcionários terceirizados passem por processos de formação antes do início de suas atividades no campus, com especial atenção à inclusão de conteúdos relacionados à diversidade de gênero e sexualidade. Tal medida é vista como fundamental para a construção de um ambiente mais respeitoso e acolhedor. Da mesma forma, foi sugerido que técnicos e docentes também recebam esse tipo de capacitação, especialmente durante o estágio probatório, como parte de sua formação institucional. Além disso, foi apontada a ausência desse tipo de conteúdo nos cursos de

capacitação promovidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), indicando uma lacuna significativa nas políticas de formação contínua e sensibilização da comunidade universitária.

A apuração das violências LGBTQIAPN+fóbicas em contextos universitários reveste-se de uma importância singular, pois a universidade não é apenas um reflexo das dinâmicas sociais, mas uma instituição com o poder de legitimar e reproduzir saberes e normas. Como revelado neste trabalho, a violência se manifesta não só nas interações interpessoais, mas também de forma estrutural e simbólica, por meio de currículos que silenciam a diversidade e de discursos que partem de uma suposta normalidade heterossexual e masculinista. Perassoli *et al.* (2023) ressaltam que, na formação de futuros educadores, como os alunos dos cursos de licenciatura, é imprescindível que a universidade se dedique ao combate à violência e à promoção da sua prevenção desde as primeiras etapas da vida. A questão LGBTQIAPN+ deve, portanto, ir além de uma simples disciplina optativa, tornando-se um compromisso institucional firme. Esse compromisso deve se refletir em todas as ações e práticas da universidade, assegurando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, com repercussões benéficas para a sociedade como um todo.

Diante deste diagnóstico, a pesquisa aponta para a necessidade urgente de uma postura institucional proativa, que vá além de discursos e políticas simbólicas. É esperado que a universidade utilize este mapeamento como um guia para intervenções diretas. Uma sugestão concreta, que emergiu da própria oficina, é a descentralização de ações afirmativas. Em vez de concentrar eventos sobre diversidade apenas nos espaços já considerados seguros, propõe-se a ocupação intencional dos territórios mapeados como inseguros. A realização de ações afirmativas e debates nos corredores e áreas de convivência dos centros mais hostis seria uma estratégia para romper com a cultura normativa desses locais, aumentar a visibilidade de corpos e saberes *queer* e disputar ativamente essas narrativas territoriais.

Uma possibilidade de aprofundamento futuro desta pesquisa seria a realização de investigações direcionadas aos primeiros semestres dos cursos universitários, com o objetivo de compreender como as experiências de violência de gênero e sexualidade impactam a permanência e a evasão de estudantes LGBTQIAPN+. Tal abordagem permitiria identificar possíveis correlações entre a vivência de discriminações nos estágios iniciais da vida acadêmica e o abandono precoce da graduação, fornecendo dados essenciais para a formulação de políticas de acolhimento mais eficazes. Além disso, contribuiria para o debate institucional sobre a necessidade de estratégias de sensibilização e combate às violências desde o ingresso dos discentes, promovendo uma universidade mais inclusiva e equitativa.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em seu Dossiê sobre assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024, afirma que as universidades desempenham um papel crucial na prevenção do suicídio entre pessoas transgêneras. Embora as políticas públicas voltadas para esse público ainda sejam limitadas, algumas iniciativas, como o atendimento psicológico e social oferecido por diversas instituições de ensino a indivíduos com menos recursos financeiros, representam um recurso acessível e fundamental para esses corpos (Benevides, 2025).

Em suma, esta pesquisa oferece mais do que um retrato da (in)segurança no Campus do Pici da Universidade Federal do Ceará; ela fornece um chamado à ação e um conjunto de ferramentas para subsidiar políticas de permanência e bem-estar para a comunidade LGBTQIAPN+. As espacializações e narrativas aqui apresentadas devem impulsionar a criação de canais de denúncia verdadeiramente eficazes, a capacitação obrigatória de todo o corpo docente, técnico e terceirizado, e a revisão dos projetos pedagógicos para que a diversidade seja um tema transversal a todos os cursos. O desafio colocado à Universidade Federal do Ceará é o de superar sua função de reprodutora de desigualdades e assumir seu compromisso ético de transformar todo o campus, e não apenas parte dele, em um ambiente efetivamente inclusivo, justo e seguro para todas, todos e todes.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- ALMEIDA, Vinicius Santos. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. 2019. 271 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- BATISTA, B. et al. Técnicas de recolha de dados em investigação: Inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. **Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados**, v. 2, p. 13-36, 2021.
- BENEVIDES, Bruna G. Dossiê: **Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 2025.
- BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Walnut Creek: Altamira Press, 1995.
- BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”**. New York: Routledge, 1993.
- CHAER, G. et al. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, 2012.
- COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.
- FOUCAULT, M. **De outros espaços**. (1967). Tradução de Carmela Gross. Texto originalmente publicado como "Des espaces autres" no periódico *Architecture, Mouvement, Continuité*, n. 5, outubro de 1984, p. 46–49.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, p. 28-40, 2003.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Cartilha de Enfrentamento à LGBTfobia**. 1. ed. Fortaleza: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, 2025. 24 p. ISBN 978-65-01-51118-4.
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. 2023.

HERRERA, J. **Cartografia Social**. Universidad Nacional Cordoba, 2009.

LOURO, Guaciara Lopes. (2009), Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.) **Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. V. 32, p. 53-93. Coleção: educação para todos Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 53-93. 2009.

MINISTÉRIO DAS MULHERES; MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Cartilha de Enfrentamento à Violência**. Brasília: Ministério das Mulheres, 2023.

MORETTI-PIRES, R. O.; VIEIRA, M.; FINKLER, M. **Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 31, n. 4, 2022.

MUTEFPA, M. M. et al. Traditional survey and questionnaire platforms. **Handbook of research methods in health social sciences**. p. 541-558, 2019.

NADAL, Kevin L.; SKOLNIK, Avy; WONG, Yinglee. Interpersonal and systemic microaggressions toward transgender people: Implications for counseling. **Journal of LGBT Issues in Counseling**, v. 6, n. 1, p. 55-82, 2012.

PERASSOLI, Enayton; SILVA, Alexandre Rodrigo Nishiwaki da. Saindo da 'torre de marfim': a prevenção de violência baseada na orientação sexual e identidade de gênero na universidade. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 39, 2023.

PRECIADO, Paul B. (2017), Cartografias queer: o flâneur perverso, a lésbica tofófica e a puta multicartográfica, ou como fazer uma cartografia “zorra” com annie sprinkle. **Performatus**. Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017.

SILVA, Bernardo José Costa. **Movimentos sociais, turismo LGBTQIA+ e hospitalidade: um olhar crítico acerca dos espaços gay friendly**. 2021. 125 f. Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2021.

SOUTO, Raquel Dezidério; MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto (Org.). **Mapeamento participativo e cartografia social: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisa**. Rio de Janeiro: Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável - IVIDES.org, 2021.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 9-30, abr. 2002.

WARNER, M. *The trouble with normal: sex, politics, and the ethics of queer life*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

ANEXO A – TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA

TIPOS DE VIOLÊNCIA

CONTRA LGBTQIAPN+



Violência Física

Agressões, espancamentos, assassinatos e qualquer atentado contra a integridade física devido à identidade de gênero ou orientação sexual.



Violência Institucional

Negação de direitos ou tratamento desigual por parte de instituições públicas ou privadas.



Violência Moral

Ofensas à honra e à reputação, como calúnias, difamações, injúrias e xingamentos.

Violência Psicológica



Ameaças, humilhações, chantagens e coerções que causam sofrimento emocional.

Violência Simbólica



Expressa em piadas, silenciamentos, invisibilização de identidades e discursos acadêmicos que reforçam estigmas.

Violência Sexual



Assédio, abuso, estupro ou qualquer ato sexual forçado, com ou sem toque. Negar-se a usar preservativo, impedir o uso de contraceptivos.



DISQUE 100

Disque Direitos Humanos

Serviço público e gratuito do governo federal que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos, com funcionamento 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.



Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrim)

WhatsApp: (85) 3101 7590
Endereço: Rua Valdetário Mota, 970, Papicu
Funcionamento: segunda à sexta-feira, das 8 às 17 horas.
Registros podem ser feito em qualquer outra delegacia da Polícia Civil, ou por meio da Delegacia Eletrônica (Deletron), no site www.delegaciaeletronica.ce.gov.br.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



GEOGRAFIA
Universidade Federal do Ceará



LABOCART
LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO
E CARTOGRAFIA SOCIAL

APÊNDICE A – PERCEPÇÃO DA INSEGURANÇA LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI EM FORTALEZA-CEARÁ

Este questionário coleta informações para a pesquisa de conclusão de curso “CARTOGRAFIA SOCIAL QUEER: ESPACIALIZAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA-CEARÁ”, do discente Pedro Alves (Bacharelado em Geografia-UFC), orientado pela Profa. Adryane Gorayeb (SIAPE 176261-4), que investiga questões sobre as percepções de segurança e insegurança vivenciadas pela comunidade LGBTQIAPN+ no campus universitário do Pici. As respostas coletadas não são individualmente identificadas, são tratadas de forma sigilosa e não serão divulgadas individualmente. As informações serão arquivadas com acesso restrito às pessoas envolvidas no estudo, pesquisador autor e professores orientadores.

Sua participação na pesquisa irá contribuir para construirmos conhecimento sobre as dinâmicas espaciais de segurança e insegurança que afetam a comunidade LGBTQIAPN+ no campus. O tempo aproximado para resposta é de em média 3 a 5 minutos.

Agradeço desde já a participação!

Você aceita participar desta pesquisa? *⁶

☐ ⁷ Sim

Bloco 1: Perfil do Participante

Questões sobre idade, identidade de gênero, orientação sexual e vínculo com o campus.

1. Qual a sua faixa etária? *

☐ Menor de 18 anos

☐ 18 - 29 anos

☐ 30 - 44 anos

☐ 45 - 59 anos

☐ 60 anos ou mais

2. Você se identificaria, atualmente, como uma pessoa transgênero ou cisgênero? *

⁶ *Questões obrigatórias.

⁷ ☐ Alternativas de múltipla escolha.

Transgênero: pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente daquela correspondente ao sexo registrado na certidão de nascimento. Cisgênero: pessoas que possuem uma identidade de gênero correspondente ao sexo registrado na certidão de nascimento.

- ☐ Transgênero
- ☐ Mulher Cisgênero
- ☐ Homem Cisgênero
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []⁸

3. Caso você tenha se identificado como transgênero. Com qual identidade de gênero você se identifica? *

A dimensão da identidade de gênero de uma pessoa tem a ver com a forma como ela se relaciona com as representações de masculinidades e feminilidades e como isso se traduz em sua prática social. Não necessariamente a identidade de gênero tem relação com o sexo de nascimento, com genitália e/ou a orientação sexual da pessoa.

- ☐ Não aplicável (Cisgênero)
- ☐ Agênero
- ☐ Gênero Fluido
- ☐ Não-binário
- ☐ Homem Trans
- ☐ Mulher Trans
- ☐ Travesti
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

4. Qual é a sua orientação sexual? *

Refere-se a atração emocional, romântica ou sexual que uma pessoa sente por outras, podendo ser por pessoas do mesmo gênero, de outro gênero, de mais de um gênero, ou por nenhum gênero específico.

- ☐ Heterossexual

⁸ [] Alternativas discursivas.

- ☐ Lésbica
- ☐ Gay
- ☐ Bissexual
- ☐ Panssexual
- ☐ Assexual
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

4. Qual seu vínculo com o Campus do Pici? *

- ☐ Visitante
- ☐ Aluno de Graduação
- ☐ Aluno de Pós-Graduação
- ☐ Ex-Aluno
- ☐ Professor
- ☐ Técnico
- ☐ Funcionário
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

5. Se houver vínculo, marque seu Centro no Campus *

- ☐ CC - Centro de Ciências
- ☐ CCA - Centro de Ciências Agrárias
- ☐ CT - Centro de Tecnologia
- ☐ ICA - Instituto de Cultura e Arte
- ☐ IEFES - Instituto de Educação Física e Esportes
- ☐ UFC Virtual
- ☐ Não sei
- ☐ Não aplicável (Sem vínculo)
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

Bloco 2: Percepções de Inseguranças, Discriminações e Desconfortos

Durante a resposta ao questionário, algumas questões de cunho pessoal podem trazer

lembranças desagradáveis. Nesse caso, se sinta à vontade para fazer uma pausa e retornar quando se sentir melhor; basta apenas seguir as instruções para salvar o questionário e respondê-lo em outro momento. Além disso, você pode pular quaisquer perguntas que não desejar responder, basta clicar em “Prefiro não responder”.

6. Você já SOFREU algum tipo de discriminação ou violência no campus devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual? *

- ☐ Nunca
- ☐ Uma vez
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder

7. Você já TESTEMUNHOU algum tipo de discriminação ou violência no campus devido à identidade de gênero ou orientação sexual? *

- ☐ Nunca
- ☐ Uma vez
- ☐ Algumas vezes
- ☐ Muitas vezes
- ☐ Sempre
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder

8. Em caso de presenciar ou vivenciar uma situação de violência você tomou alguma atitude para denunciar o ocorrido? Após a denúncia, qual foi o desfecho ou as ações tomadas?

[]

9. Você já EVITOU frequentar determinados locais no campus por medo de discriminação ou violência devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

☐ Prefiro não responder

10. Se SIM, identifique estes locais:

☐ CC - Centro de Ciências

☐ CCA - Centro de Ciências Agrárias

☐ CT - Centro de Tecnologia

☐ ICA - Instituto de Cultura e Arte

☐ IEFES - Instituto de Educação Física e Esportes

☐ UFC Virtual

☐ Blocos administrativos

☐ Restaurante Universitário

☐ Prefiro não responder

☐ Outro: []

11. Comente sobre estas percepções.

[]

Bloco 3: Tipos de Violências

Durante a resposta ao questionário, algumas questões de cunho pessoal podem trazer lembranças desagradáveis. Nesse caso, se sinta à vontade para fazer uma pausa e retornar quando se sentir melhor; basta apenas seguir as instruções para salvar o questionário e respondê-lo em outro momento. Além disso, você pode pular quaisquer perguntas que não desejar responder, basta clicar em "Prefiro não responder".

12. Quais tipos de violências você já SOFREU ou TESTEMUNHOU no campus do Pici com relação a gênero e/ou sexualidade? *

☐ Nenhuma

☐ Violência física

☐ Violência verbal

☐ Violência psicológica

☐ Violência sexual

☐ Violência patrimonial (estelionato, furto, extorsão etc.)

☐ Violência moral

☐ Ameaças

☐ Microagressões (Preconceitos sutis ou "não intencionais")

- ☐ Desrespeito ao nome social
- ☐ Impedimento à livre movimentação
- ☐ Impedimento ao uso de banheiros
- ☐ Preconceitos durante aulas
- ☐ Exclusão
- ☐ Injustiças
- ☐ Cyberbullying
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

13. Você sofreu LGBTQIAPN+fobia este ano e/ou no ano anterior (2024/2025) no campus do Pici? *

LGBTQIAPN+fobia: Qualquer violência, discriminação ou preconceito com relação a gênero ou sexualidade.

- ☐ Não
- ☐ Sim, uma vez
- ☐ Sim, mais de uma vez
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

14. Comente situações enfrentadas.

[]

Bloco 4: Recursos de Apoio

15. Você conhece algum grupo ou recurso de apoio para pessoas LGBTQIAPN+ no Campus do Pici? *

- ☐ Não
- ☐ Sim (Adicione-as na alternativa "Outro")
- ☐ Outro: []

Bloco 5: Recursos de Apoio

16. Você considera o Campus do Pici um espaço LGBTQIAPN+ Friendly da cidade de Fortaleza? *

LGBTQIAPN+ Friendly ou Gay Friendly: são termos usados para identificar espaços públicos e privados que são receptivos à comunidade LGBTQIAPN+.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

17. Em sua opinião, quais fatores contribuem para a sensação de insegurança LGBTQIAPN+ no campus?

[]

18. Quais medidas você acredita que poderiam melhorar a segurança e qualidade de vida das pessoas LGBTQIAPN+ no campus?

[]

19. O que você acha da espacialização cartográfica dos locais de insegurança através de metodologias participativas?

[]

20. Você conseguiu compreender a importância desta coleta de dados para a realização da pesquisa científica proposta? *

- ☐ Sim, ficou claro
- ☐ Não, faltou clareza
- ☐ Outro: []

Quais sugestões e pensamentos você tem para acrescentar para a pesquisa?

[]

**APÊNDICE B – INSCRIÇÃO: OFICINA DA ESPACIALIZAÇÃO DA
INSEGURANÇA E SEGURANÇA LGBTQIAPN+ NO CAMPUS DO PICI - UFC,
FORTALEZA-CEARÁ.**

Dia: 27 de Junho de 2025

Horário: 13h (Duração de 1 hora)

Local: Departamento de Geografia UFC.

Sala 8, Primeiro andar. Campus Pici, Bloco 911, Fortaleza.

1. Nome para o certificado de participação *

[]

2. Email para o certificado de participação *

[]

3. Você pertence à comunidade LGBTQIAPN+? *

LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Arromânticas, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades e orientações incluídas no símbolo "+".

() Sim

() Não

() Não sei

() Prefiro não responder

() Outro: []

4. Você se identificaria, atualmente, como uma pessoa transgênero ou cisgênero? *

Transgênero: pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente daquela correspondente ao sexo registrado na certidão de nascimento. Cisgênero: pessoas que possuem uma identidade de gênero correspondente ao sexo registrado na certidão de nascimento.

() Transgênero

() Mulher Cisgênero

() Homem Cisgênero

() Não sei

☐ Prefiro não responder

☐ Outro: []

5. Caso você tenha se identificado como transgênero. Com qual identidade de gênero você se identifica? *

A dimensão da identidade de gênero de uma pessoa tem a ver com a forma como ela se relaciona com as representações de masculinidades e feminilidades e como isso se traduz em sua prática social. Não necessariamente a identidade de gênero tem relação com o sexo de nascimento, com genitália e/ou a orientação sexual da pessoa.

☐ Não aplicável (Cisgênero)

☐ Agênero

☐ Gênero Fluido

☐ Não-binário

☐ Homem Trans

☐ Mulher Trans

☐ Travesti

☐ Não sei

☐ Prefiro não responder

☐ Outro: []

6. Qual é a sua orientação sexual? *

Refere-se a atração emocional, romântica ou sexual que uma pessoa sente por outras, podendo ser por pessoas do mesmo gênero, de outro gênero, de mais de um gênero, ou por nenhum gênero específico.

☐ Heterossexual

☐ Lésbica

☐ Gay

☐ Bissexual

☐ Panssexual

☐ Assexual

☐ Não sei

☐ Prefiro não responder

☐ Outro: []

4. Qual seu vínculo com o Campus do Pici? *

- ☐ Visitante
- ☐ Aluno de Graduação
- ☐ Aluno de Pós-Graduação
- ☐ Ex-Aluno
- ☐ Professor
- ☐ Técnico
- ☐ Funcionário
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

7. Se houver vínculo, marque seu Centro no Campus *

- ☐ CC - Centro de Ciências
- ☐ CCA - Centro de Ciências Agrárias
- ☐ CT - Centro de Tecnologia
- ☐ ICA - Instituto de Cultura e Arte
- ☐ IEFES - Instituto de Educação Física e Esportes
- ☐ UFC Virtual
- ☐ Não sei
- ☐ Não aplicável (Sem vínculo)
- ☐ Prefiro não responder
- ☐ Outro: []

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, da pesquisa intitulada “Cartografia Social Queer: Espacialização da (In)segurança LGBTQIAPN+ no Campus do Pici - UFC, Fortaleza, Ceará”, que será realizada através da aplicação de uma oficina de cartografia social e mapeamento participativo com estudantes, servidores e demais pessoas da comunidade universitária que se identificam como LGBTQIAPN+ ou têm interesse na temática.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender e representar, de maneira coletiva e visual, os espaços do Campus do Pici da UFC que são percebidos como seguros e inseguros por pessoas LGBTQIAPN+. A proposta é construir um mapa colaborativo que permita identificar pontos de vulnerabilidade, acolhimento, resistência e estratégias de cuidado e convivência queer dentro do campus universitário.

Durante a oficina, serão utilizados métodos participativos, dinâmicas de grupo, registros escritos e gráficos, além do uso de mapas base para a marcação colaborativa dos espaços. Todo o processo será registrado por meio de anotações, fotografias (com autorização prévia) e gravações de áudio, apenas se necessário, com o objetivo exclusivo de sistematizar as informações.

Riscos e benefícios: A participação nesta oficina não oferece riscos físicos. No entanto, é possível que temas sensíveis relacionados à vivência LGBTQIAPN+ despertem desconfortos emocionais. Ressaltamos que a participação é voluntária, e qualquer pessoa pode se retirar a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. A equipe da pesquisa estará disponível para escuta e acolhimento, e indicará, se necessário, encaminhamentos a redes de apoio psicológico da própria universidade. Como benefício, a oficina visa promover um espaço seguro de escuta, expressão e construção coletiva de conhecimento, podendo fortalecer redes de apoio e pertencimento.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas serão tratadas com sigilo. A identidade das pessoas participantes será preservada por meio da anonimização dos dados. Nenhum nome será publicado ou vinculado aos materiais resultantes da pesquisa

Contato com a equipe de pesquisa: Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações, você pode entrar em contato com:

Pesquisador responsável: Pedro Igor Mendes do Nascimento Alves, e-mail: pedroigor.mapas@gmail.com, telefone: (85) 8525-8788.

Orientadora responsável: Profa. Dra. Adryane Gorayeb (SIAPE 176261-4), gorayeb@ufc.br.

_____, _____ de _____ de _____.

Nome completo (participante)

Pedro Igor Mendes do Nascimento Alves (pesquisador responsável)